

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos (*Per*)*curso*s da graduação em História: *entre a iniciação científica e a conclusão de curso*, referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.

Rosângela Maria Silva Petuba

Migrantes:

Trabalhadores nos Descaminhos da História

UFU 1997

Rosângela Maria Silva Petuba

Migrantes:

Trabalhadores nos Descaminhos da História

Monografia desenvolvida pela **Graduanda Rosângela Maria Silva Petuba**, como critério para conclusão do **Curso de História**, no Departamento de História da **Universidade Federal de Uberlândia** sob a orientação da Prof^a Ms. Karla Adriana Martins Bessa e com o apoio do **CNPq/PIBIC**

UFU - agosto de 1997.

Sumário

APRESENTAÇÃO	01
INTRODUÇÃO	
AS MIGRAÇÕES INTERNAS: CONSTRUINDO UM OBJETO.....	05
CAPÍTULO I	
A CIDADE E O MIGRANTE: EM BUSCA DA “CIDADE PROMESSA”	21
CAPÍTULO II	
EXPERIÊNCIAS DE VIDA NA “CIDADE PROMESSA”	32
CAPÍTULO III	
O MIGRANTE E O PODER PÚBLICO :	
NOS DESCAMINHOS DAS POLÍTICAS PARA A MIGRAÇÃO - UBERLÂNDIA (1970-1994).....	55
O NÚCLEO DE ATENDIMENTO.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
FONTES CONSULTADAS.....	84
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	87

Agradecimentos

À Karla

por ter se disposto a caminhar comigo, quando eu só tinha projetos
e nenhuma orientação

À todos os trabalhadores entrevistados que um dia aceitaram o
desafio de buscar uma nova vida e enveredaram pelos
descaminhos da história.

Dedicatória

Aos meus pais,

Carmem e Petrônio

por acreditarem na minha capacidade e me ensinar a enfrentar os desafios postos pela migração.

Aos meus irmãos

Samira, Leonardo, Luiz Henrique, Denise e Leila.

À

Carmen, Aguinaldo, Chavier, Vilma, Ana Magna, Andréia, Edimilson, Jorgetânia e Sirley...

irmãos em sonhos, irmãos em luta....pessoas imprescindíveis à minha formação teórica, política e “humana”.

Apresentação

A presente monografia tem como eixo principal os migrantes, suas experiências, suas trajetórias de vida, o que pensam a respeito de Uberlândia, o que os jornais registraram como preocupação da “comunidade” acerca do fluxo migratório na cidade, bem como a reflexão acerca das políticas públicas que foram elaboradas e/ou implementadas nesta área. O objeto a ser trabalhado é o significado da experiência humana e a maneira pela qual o processo vivido contribuiu na elaboração ou não de novos valores (éticos, estéticos, civis, ...).

A identificação com esta problemática também está relacionada com minha própria experiência de vida.

Neste trabalho busquei conhecer as expectativas que os migrantes tinham ao chegar à cidade e como estas são reelaboradas ou não no novo cotidiano, nas novas relações com as quais eles tem de lidar na resolução dos problemas como: sobrevivência, trabalho, segurança, educação e moradia.

Foi preocupação desta pesquisa tentar perceber também a intervenção que os migrantes produzem nesse novo espaço físico-social, bem como problematizar a maneira como representaram a situação de vida em seus locais de origem, o que representavam a terra, a casa, a propriedade, o trabalho e em quais circunstâncias ocorriam. Quais valores evocam das reminiscências de outrora e o que representam hoje.

Ao partir do presente buscando reconstruir um momento histórico importante para a compreensão do próprio fazer-se desta cidade, deparei-me com as

limitações integrantes da utilização de depoimentos orais e com as dificuldades presentes na elaboração de uma reflexão sobre a minha própria contemporaneidade. Tais limites implicam em considerar, por exemplo, que os entrevistados falam sobre o passado incorporando suas novas experiências, fazendo suas próprias releituras. O passado, quando evocado, lhes interessa para estabelecer comparações, expressar as questões e problemas mais prementes. Neste sentido, a intenção deste trabalho foi de superar uma história linear que traçaria o percurso : local de origem X Uberlândia.

A fim de viabilizar a pesquisa, priorizou-se a realização de entrevistas com os migrantes hoje fixos em Uberlândia. Percebendo que o processo de entrevistas requer do pesquisador uma certa ambientação com o tema e o contexto histórico, além das entrevistas, buscou-se construir um trabalho paralelo e simultâneo de leituras da bibliografia existente acerca das migrações, tentando perceber por onde caminham os trabalhos acerca do tema, bem como realizar o levantamento e arrolamento de fontes nos arquivos da Secretaria de Ação Social de Uberlândia, com acesso a vasto e rico material (fichas, recortes de jornais, artigos de revistas, documentos, projetos e relatórios de atuação) produzido pelo trabalho de Atendimento ao Migrante desenvolvido por este órgão da Prefeitura.

A pesquisa nos jornais de época (1970-85), indicaram como o problema da migração foi percebido e tratado pelos setores da sociedade uberlandense a se expressarem na imprensa local. O jornal mais pesquisado foi o TRIBUNA DE MINAS. Esta documentação nos permite visualizar como são construídas algumas das representações e significados criados sobre Uberlândia, acerca do

desenvolvimento, progresso e modernidade, ou seja, a maneira como a imagem de Uberlândia era trabalhada interna e externamente ao município.

Para recuperar um pouco a trajetória das políticas públicas implementadas nesta área buscou-se proceder a uma análise de documentos produzidos pelos órgãos públicos municipais, estaduais e nacionais que atuaram na área das migrações durante o período no qual se centra o trabalho. O acesso a esta documentação veio por intermédio do Núcleo de Atendimento ao Migrante e pela Divisão de Desfavelamento da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

As entrevistas tiveram como objetivo recuperar este processo sobre um outro prisma: o dos próprios trabalhadores migrantes, tentando perceber a possível existência de outros projetos, significações e vivências em torno da migração, tais como: a busca de educação, saúde, lazer, trabalho, segurança entre outros.

Assim, de acordo com o trabalho de pesquisa realizado, esta monografia é apresentada em três momentos diferentes:

No primeiro capítulo, a reflexão está construída baseada nos relatos dos migrantes, buscando através destas experiências recuperar os projetos, visões e perspectivas dessas mulheres e homens que viveram e construíram a trajetória da migração para Uberlândia desde a década de 70.

No segundo capítulo, esboçar as questões suscitadas pelos depoimentos e pelas reportagens acerca da migração em Uberlândia, neste mesmo momento histórico, apontando para questões acerca da construção de uma imagem de “cidade promessa”, levantando a discussão da possível relação entre esta imagem e a maneira pela qual as experiências de vida dos migrantes na cidade se deram.

também neste capítulo busca-se refletir mais de perto sobre as problemáticas suscitadas pela vida na favela e nas relações estabelecidas a partir deste referencial.

Para concluir no terceiro capítulo, o caminho percorrido é o da análise das políticas públicas para a migração nas décadas de 70/80, buscando realizar os questionamentos e inferências possíveis entre a atuação dos poderes públicos no campo das migrações internas a níveis mais amplos e a atuação específica do poder local através do Núcleo de Atendimento ao Migrante.

Em síntese, foi esta a melhor maneira que encontrei para expor um trabalho cujo o tema está estreitamente ligado a minha própria trajetória de vida.

Introdução.

As Migrações Internas: Construindo Um Objeto.

As migrações internas constituem-se num tema importante para se pensar a sociedade brasileira contemporânea.

Este processo abrange muito além de simples deslocamentos espaciais de famílias ou grupos. Não são ainda meros movimentos de pessoas cujos efeitos são demonstráveis na mudança dos dados demográficos do país. Neste trabalho a migração é pensada como um fenômeno histórico que envolve homens, mulheres, crianças, em busca de alternativas para as problemáticas colocadas pela realidade por eles vivida.

Encará-las sob a perspectiva histórica e crítica é abrir caminhos que possibilitem o diálogo e, a partir daí, o entendimento e a consonância entre as expectativas e as reivindicações desses trabalhadores, cuja mobilidade redesenha os quadros sociais do país e, por outro lado, dialogar com as políticas públicas elaboradas que se pretendem eficazes e racionalizadoras.

O problema migratório não é novo na história brasileira mas, a partir da década de 50, com o processo de urbanização brasileira, vai se acirrando, ganhando notoriedade nos meios de comunicação e nas preocupações governamentais.

É justamente por este prisma que caminham os trabalhos sobre o tema. A migração interna é abordada como sendo decorrência do crescimento dos centros urbanos brasileiros, desenvolvimento do capitalismo no campo, do problema

habitacional, ou da mão-de-obra para as indústrias. Os trabalhos abordam também o acirramento da pobreza, exclusão social, marginalidade, prostituição, bem como falta de infra-estrutura dos grandes centros urbanos para atenderem ao fluxo migratório.

A partir de 1970, momento do qual parte este trabalho, o Ministério do Interior com vistas a conseguir subsídios para a elaboração de políticas migratórias de acordo com o vulto do problema, incentivou diversos estudos sobre o tema, mas mesmo assim, os trabalhos se orientaram no sentido de traçar um perfil do movimento migratório no país, detectando as principais correntes (norte/sul, centro-oeste/sudeste, etc), bem como os problemas ocasionados por esses movimentos.

Esta exposição é uma caracterização em linhas gerais das interpretações que nortearam as pesquisas, havendo muitos outros aspectos que serão discutidos mais detalhadamente no decorrer deste trabalho.

Vale ressaltar, de antemão, a pequena quantidade de trabalhos que vão além das análises voltadas para as instituições do social e situações conjunturais e estruturais. Apesar de existir alguns estudos orientados pela perspectiva de recuperarem a experiência de grupos da classe trabalhadora urbana, onde haja grande número de migrantes, poucos lidam com a própria experiência da migração e a maneira como ela é vivenciada pelos migrantes. Quem são os sujeitos migrantes, o que pensam, que visão possuem dessa experiência, qual o significado e o valor que atribuem? Como ela modifica, sua maneira de ser e conceber o mundo e a si próprio? São problemáticas muito pouco abordadas e com as quais esta monografia

pretende contribuir através de uma reflexão desenvolvida no pequeno universo mapeado por esta pesquisa.

No processo de estudo e discussões que levaram a esta monografia, alguns pontos ficaram claros. O fato de que nenhuma teoria pode ser pensada enquanto modelo previamente elaborado, capaz de dispensar a investigação empírica sobre a realidade e suas constantes transformações e diante disso, a necessidade indispensável de enfatizar as experiências sociais vivenciadas pelos sujeitos do processo investigado.

Sem dúvida o que e como investigar começou a se organizar com mais clareza a partir desses elementos acima apontados. A partir de então, chegamos a algumas resoluções norteadoras, a nível metodológico, de nossa linha de trabalho:

Deixar de lado a pesquisa exclusivamente bibliográfica; utilizá-la como referência, como diálogo, mas não como fonte da pesquisa.

Investigar o real tal como ele se apresenta e se constrói historicamente; ou seja, buscar captar as relações vivenciadas no processo de migração, ouvindo os trabalhadores/migrantes, sua história pessoal, considerando isso como matéria-prima fundamental de investigação; e cotejar presente/passado, buscando os elos entre experiências vividas, como se deram no passado e sua relação com o presente.

Assim sendo, o trabalho começou com a organização das fontes primárias desta pesquisa, quais sejam os depoimentos dos migrantes, os jornais e revistas da época, e os documentos elaborados pelos órgãos e trabalhadores da esfera governamental.

O processo de constituição das fontes foi correspondente e simultâneo à própria configuração do objeto, ou seja, o objeto de estudo foi se constituindo no diálogo com essas fontes.

Esse processo conjugado manifestou-se durante toda a investigação e, a relação que procurou se estabelecer entre os dados empíricos coletados e os elementos teóricos capazes de explicá-los serviu para clarear progressivamente o próprio objeto.

Após o exposto, é importante tecer algumas considerações mais específicas sobre as fontes primárias desta investigação.

O estudo parte da problematização levantada a partir de nove entrevistas com pessoas que migraram para Uberlândia a partir de 1970 e que hoje são moradores das favelas do Anel Viário e da Lagoinha.

Uma das primeiras decisões foi a de trabalhar exclusivamente com os migrantes favelados. Tal recorte, deu-se em vista da necessidade de trabalhar com os sujeitos cuja existência não só se contrapunham à imagem da cidade moderna e desenvolvida, como também à expectativa de que eles, a partir dessa posição, pudessem colocar uma outra visão dessa cidade, visão que tivesse sido construída em função de sua própria experiência de migração. a partir da experiência da migração para Uberlândia.

A escolha das áreas do Anel Viário e do Lagoinha, deu-se pelo fato de existirem a mais tempo na cidade e ambas já terem sido mencionadascolocadas, pelo noticiário (rádio, televisão) local, como sendo constituídas em sua grande maioria por migrantes de cidades vizinhas.

Algumas comparações entre as duas áreas, também se fizeram necessárias. A favela no Anel Viário é constituída em sua grande maioria por barracos de lona de plástico, nenhuma das casas possui luz elétrica e os moradores apresentam uma aparência de pobreza bem maior do que no Lagoinha, onde já existem casas feitas de tijolos de barro (conhecidos como adobro), de aspecto mais limpo, e os moradores possuem o que se pode chamar de um **maior conforto**, pois muitas casas já são servidas de luz elétrica, água encanada, mesmo estando em condições precárias, possuem televisão, aparelho de som, tanquinho de lavar roupa, entre outros eletrodomésticos.

No que se refere às entrevistas, alguns procedimentos foram adotados: entrevistar preferencialmente pessoas que tivessem migrado a partir de 1970; buscar um equilíbrio entre entrevistas ao mesmo número de homens e mulheres, procurando abranger uma certa variação no tempo de moradia nas favelas.

Esses procedimentos foram cumpridos parcialmente, pois muitas das pessoas procuradas, se recusaram a gravar as entrevistas, o que dificultou o trabalho.

Das pessoas que permitiram o uso do gravador temos três homens (Seu Gercino, Seu Zé Brito, no Anel Viário e, Seu Betim, na Lagoinha) e três mulheres (D. Maria, na Lagoinha e D. Margarida e Cidinha, no Anel Viário), todos contam com o tempo de moradia nas favelas, entre quatro e sete anos .

Além desses migrantes que consentiram o uso do gravador, conversamos ainda com: Seu Adélio Ferreira e esposa Neida Maria Corrêa, D. Joana, no Anel Viário, e Seu Valdivino e Seu Eurípedes, na Lagoinha.

O trabalho com as entrevistas colocou no bojo das discussões da pesquisa a questão sobre a história oral, ou seja, a pesquisa cujas fontes principais são depoimentos colhidos oralmente pelo próprio pesquisador.

Embora a história oral represente uma oportunidade de dar o direito de fala aos silenciados, não se pode assumir a tarefa de recuperar **a voz do passado**. Podemos recuperar vozes, mas apenas parcialmente, o que na verdade se recupera é o discurso, tem-se somente a elaboração que o agente faz de seus atos, mas nunca os atos por si mesmo.

Pelo depoimento oral muitas das premissas do pesquisador podem ser confirmadas e questionadas, novas evidências podem surgir, e até mudar os rumos da investigação propondo novos caminhos.

Todas essas considerações apontam ao historiador o dever de assumir, perante os depoimentos prestados, os riscos de eventuais falhas ou lacunas ou possíveis contradições. Deve-se ainda evitar a fetichização da história oral reconhecendo que ela é muito importante para determinadas pesquisas, enquanto para outras, sua contribuição é apenas marginal.

Em suma, a história oral não deve ser vista como um método revolucionário, e sim como um campo de possibilidades.

Outra discussão da qual não se pode escapar ao abordar a fonte oral, é a questão da parcialidade, questão esta realçada pela participação do pesquisador / historiador na confecção do documento, pois a fonte oral vai ser construída pouco a pouco com a participação do historiador / pesquisador.

A história oral põe em cheque a posição do intelectual: seus valores, crenças e teorias e toda discussão sobre a subjetividade do historiador passa pelo momento da entrevista, onde o pesquisador também produz o documento que utilizará.

Para Ronald J. Grele¹ a entrevista de história oral é um momento de praxis política, onde há interação e disputa de ideologias existentes, tanto no mundo do entrevistado como no do entrevistador. No momento da entrevista existem linguagens históricas em conflito, onde ambas as partes desejam o controle da entrevista e conseqüentemente sua interpretação.

Para J Grele é necessário, enfim, pensar a entrevista de história oral como ... “una narracion dentro de un conjunto de fuerzas sociales mas amplias... ambas as partes creen que sus conversaciones, tanto privadas, como grabadas, les han permitido legitimar el ejercicio de poder.”

Para Michael Hall², “a história oral não é a experiência vivida em estado puro, em consequência disso os relatos produzidos pela história oral devem estar sujeitos ao mesmo trabalho crítico das outras fontes que os historiadores costumam pesquisar”.

Naquilo que ele vai chamar de os riscos da inocência, este autor alerta que a história oral, depende de um tipo de fonte - a entrevista - bastante variável por causa do envolvimento da pesquisa no processo de sua produção.

Todas essas discussões serviram para a prática no momento de fazer as entrevistas, tomando cuidado para não direcioná-las no sentido de ouvir o que

¹ GRELE, Ronald. La Historia y sus lenguajes en la entrevista da Historia oral: Quien contesta a las preguntas de Quien y por qué. **Revista Histórica Y Fuente Oral**. Barcelona, n.5, 1982. p.111-129.

² HALL, Michael. História Oral: Os Riscos da Inocência. **Revista de História**. São Paulo, 1990.

queria, ou seja, ter na entrevista a confirmação (forjada) de hipóteses previamente elaboradas.

Após a realização das entrevistas, cuja duração ficou entre quarenta e cinco minutos a uma hora cada uma, o próximo passo foi a transcrição. As transcrições também ajudaram no entendimento e reformulação das questões, ou mesmo no comportamento do entrevistador, evitando direcionar ou cortar raciocínios e foram realizadas no sentido de preservar ao máximo a forma de linguagem das pessoas, para possibilitar a preservação das imagens do entrevistado.

O passo seguinte foi fichar todas as entrevistas, das quais num segundo momento foram retiradas quatorze temáticas (incluindo local de origem e idade), cada uma correspondendo a uma ficha, dessa forma tinha um conjunto de quatorze fichas para cada relato.

Este processo também foi utilizado com os jornais, os documentos governamentais e com os fichamentos das leituras bibliográficas, o que permitiu, ao elaborar as análises e discussões, tecer comparações, perceber diferenças, criar elos e meios de ligação, que muito auxiliaram no momento da escrita.

Os jornais foram pesquisados no Centro de Documentação e Pesquisa de História da Universidade Federal de Uberlândia, permitindo encontrar documentos em perfeito estado, facilitando em muito o trabalho da pesquisa.

O trabalho com jornais foi realizado com os jornais de época (70 a 85) entre eles principalmente O TRIBUNA DE MINAS, e após 1980, trabalhamos com algumas reportagens do jornal O TRIÂNGULO e PRIMEIRA HORA.

O recurso aos documentos escritos possibilitou fazer contrapontos com os elementos levantados pelas entrevistas. Ao tecer considerações entre as convergências e ou discrepâncias entre as duas fontes: orais e escritas, podemos inclusive perceber as especificidade de produção de cada documento e as diferentes versões dos acontecimentos históricos.

A leitura bibliográfica³ foi constituída e realizada durante todo o desenvolver da pesquisa e, à medida em que novos fatos empíricos iam surgindo, realizava-se o esforço de buscar elementos teóricos capazes de ajudar no seu entendimento.

A leitura buscou construir elos com a realidade vivenciada na pesquisa, e não determiná-las a priori. No processo de escrita, surgiram alguns limites da linguagem oral na percepção de como as falas perdiam a força, a vivacidade e a dinâmica, o texto “*O que convida o encantamento: palavras, imagens e sensações*”⁴, coloca que a fonte oral ao ser transcrita perde sua principal característica: a oralidade., e que isto se impõe na medida em que rompe com a pretensão de alguns teóricos que a pregam como a possibilidade de imersão na fala dos oprimidos, omitindo-se assim a

³ A respeito das leituras que nos possibilitaram pensar especificamente a metodologia e a especificidade do trabalho de investigação e pesquisa em História, gostaríamos de ressaltar:

THOMPSON, E. P. A lógica histórica. In: **A miséria da teoria: ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.47-62.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: Experiência. In : **A miséria da teoria: ou um planetário de erros - uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 181-200.

MARSON, Alberto. Reflexão sobre o procedimento Histórico. In: SILVA , Marcos. A. (Org.). **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 37-64.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectivas, 1983.

⁴ VIDAL, Diana Gonçalves. DEL VECCHIO, Joya de Campos. O que convida ao Encantamento: palavras, imagens e sensações. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, n.13, set./86 a abril/1987.

impossibilidade de apresentar os depoimentos orais como verdades de uma classe ou grupo. Em suma, a história oral amplia o campo de possibilidade, mas não permite a apreensão do passado em sua totalidade, devendo o pesquisador / historiador estar sensível a este aspecto no momento de escrever e apresentar seu trabalho.

Posto isto, é importante ainda ressaltar, que no texto as citações de trechos são utilizadas enquanto parte integrante da narrativa, e não como meras ilustrações.

Outro aspecto desta pesquisa, levantado pelas fotografias, foi a maneira como é produzido o desfavelamento, onde os barracos vem abaixo, junto com árvores frutíferas, hortas, cisternas, a saída dos migrantes deixam para trás imagens da mudança de lar, e não apenas de desocupação de favelas. Brinquedos, restos de móveis queimados, cisternas solitárias, também evidenciam qual o tipo de relação estabelecida entre a favela e seus moradores, e demonstram de forma concreta qual a atuação e interação que existia entre os migrantes e o local de moradia. Não foi possível, proceder a um estudo teórico-metodológico mais apurado acerca da utilização de fotografias nas pesquisas de história, entretanto, é evidente para nós que eles, tal qual as entrevistas, oferecem riscos, mas também podem permitir a ampliação do campo de possibilidades da pesquisa, dando visibilidade a aspectos até então desconhecidos. Assim sendo, sua utilização deve acontecer de forma crítica e profissional, e não apenas como meras demonstrações de espaços ou cristalização de momentos no tempo.

Para a pesquisadora Olga Von Simem⁵ a tendência atual é a de que as imagens ou recursos imagéticos estejam presentes em todas as fases da pesquisa. Ao

⁵ Pesquisadora e historiadora da UNICAMP.

tecer considerações sobre o uso das fotografias nos trabalhos de investigação nas ciências humanas,⁶ principalmente na História e na Sociologia, ela alerta para o fato de que ao se fazer uma fotografia privilegia-se apenas um aspecto da realidade, isto implica numa escolha do que deve ser registrado e o que deve ser esquecido. Esta escolha pode se dar de uma forma ideológica, privilegiando um viés da realidade.

Diante de todas essas colocações, podemos perceber que no trato com fotografias é preciso saber a maneira como ela foi socialmente produzida, para poder utilizá-la enquanto recurso histórico.

Uma foto sozinha, afigura-se como um pedaço de tempo congelado, sem passado e sem futuro, é preciso então estabelecer relações com o momento estudado, fazendo inferências, cruzando-a com informações, em fim, relacioná-las com o presente e as experiências vividas.

Esta investigação situa-se num contexto teórico-prático em que se cruzam não só as abordagens diferenciadas sobre a migração, como também a opção por utilizar depoimentos orais conjuntamente com documentos escritos. Para tanto surgiu a necessidade de trabalhar com conceitos de experiência, memória, cultura e cidade.

A percepção de que as experiências desses sujeitos históricos e sociais se acumularam e se expressavam em forma de valores, imagens, crenças e sentimentos contraditórios acerca de si próprios e da cidade, trouxe a necessidade de buscar um campo de abordagem teórica onde essas questões pudessem ser visualizadas com

⁶ Considerações feitas por ocasião do curso de extensão “ História e Memória Local: O uso da fotografia na pesquisa histórico-sociológica”, CDHIS - UFU, 16/12/95.

maior clareza. O intuito era perceber como diversos autores tinham trabalhado o termo experiência.

Essa busca partiu do que já se conhecia, - e dentre o conhecido, pelo menos razoavelmente - estava E.P. Thompson. O pensamento e a obra desse historiador inglês já estava, de certo modo, incorporado à minha maneira de compreender a experiência e a consciência dentro do contexto de classe trabalhadora. Os subsídios básicos para este conhecimento foi adquirido em algumas disciplinas cursadas, bem como através de rica discussão realizada em grupo de estudo e curso de extensão acerca de sua obra.

Para E.P. Thompson as pessoas dão sentido à sua própria experiência e história como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, reciprocidade como valores. Essa metade da cultura (que é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. Portanto, era na cultura que essas experiências se expressavam e eram trabalhadas. A cultura apreendida como modo de vida, de luta e de construção do social.

Porém, mesmo sabendo que nenhuma teoria pode ser pensada enquanto modelo previamente elaborado capaz de dispensar a investigação empírica sobre a realidade e suas contínuas transformações, havia a carência de um marco conceitual sobre cultura que ajudasse a fundamentar o trabalho.

Contribuição valiosa para esta questão, veio do trabalho de Durval Muniz², no qual ele realiza uma abordagem crítica acerca da utilização do conceito cultural

² MUNIZ, Durval. Vidas por um fio, vidas entrelaçadas. Rasgando o pano da cultura e descobrindo o rendilhado das trajetórias culturais. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 8, p. 87-95/jan./jun. 1993.

enquanto reflexo do real, superestrutura, enquanto conceito que opera com a lógica da semelhança e da unidade, exercendo sobre os indivíduos verdadeiro processo de sujeição.

Sua crítica da “unidade cultural” parte do pressuposto de que este é um conceito totalizante, que opera sobre a sociedade abstraindo-a de sua dinâmica, de seu caráter como processo e desenvolvimento. Sua proposta ao campo historiográfico é o de trabalhar não com o conceito-essência da cultura e sim com o conceito-movimento: trajetórias culturais.

A “trajetória cultural”, segundo Durval Muniz, consegue captar o processo de produção e constituição de uma dada configuração cultural e ressaltar a dinâmica em detrimento da semelhança e da unidade. O sujeito não enquanto o demiurgo da cultura, mas como alguém que “opera e produz”; a partir dos afrontamentos e deslocamentos de sua própria trajetória dentro de uma realidade vivenciada.

A cultura perde o lugar do conceito totalizante, auto-explicativo, e passa a ser construída por diferentes sujeitos que se defrontam e assumem lugares diferenciados dentro de um campo composto por uma multiplicidade de práticas discursivas ou não, estando os sujeitos, encarados como homens e mulheres reais vivendo sua cotidianidade, aptos com a opção de a criarem e/ou transformarem mudar os elementos códigos culturais, ao invés de só se adaptar ou se marginalizar.

Enfim, era essa a abordagem cultural que serviria de base para as investigações das experiências de sujeitos históricos, cuja existência se desenvolvia junto ao próprio tecido da cultura, encarado como um processo múltiplo de aprendizado e de opções, a partir de experiências vividas.

Essas experiências deveriam ser resgatadas através da memória dos sujeitos, mas como reconstituir o processo da migração? Como detectar, gravar, a memória dessas vivências? Como saber diferenciar adequadamente a memória enquanto construção individual-social?

A opção de lidar com o real/vivido pelos sujeitos nos obrigou a definir qual o tratamento teórico-metodológico que deveríamos dar à experiência e à memória no decorrer deste trabalho, esclarecendo que tais conceitos não foram tratados exclusivamente como categorias teóricas. Experiência e memória representam nesta pesquisa, o objeto a ser analisado, o ponto principal de qual se partirá para se chegar à configuração da experiência de migração dos trabalhadores para Uberlândia, a partir da década de 70.

Neste ponto, as reflexões do historiador E.P.Thompson deu-nos a contribuição fundamental acerca da importância de se pensar a experiência social. Segundo sua crítica, a experiência humana configura-se no termo ausente, no contexto teórico marxista, não tendo o mesmo posto que os clássicos “termos de junção”- como modo de produção, classe, necessidade. A experiência configura-se num silêncio da obra de Marx e que Althusser deseja expulsar do âmbito do marxismo. Operando um distanciamento entre o ser social e a consciência social, no qual a última aparece com um reflexo, um elemento secundário, num processo histórico encarado como progresso de uma estrutura sem sujeito.

Através da experiência, Thompson acha possível restabelecer o diálogo entre o ser social e a consciência social, relativizando o peso da estrutura ao inserir como ponto de análise e reflexão histórica os homens e mulheres que experimentaram sua

cotidianeidade e decidem, por processos e de maneiras nunca inteiramente previsíveis ou programáveis.

“Os homens e mulheres... retornam enquanto sujeitos dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classes resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada).”³

Essa reflexão contribuiu para não pensarmos a teoria também nos trouxe a clareza de não trabalhar com a teoria como um sistema fechado e auto-determinante. (unir os parágrafos)Embora a história não prescindir de modelos, a volta à experiência poderá significar uma exploração mais aberta (do mundo e dos homens e mulheres), mas garantindo a manutenção da tensão entre o modelo e sua atualização, através do diálogo com a realidade vivenciada pelos sujeitos. Thompson nos diz:

“toda contradição é em conflito de valor tanto quanto um conflito de interesse, que em cada necessidade há um afeto, ou vontade, a caminho de se transformar num dever (e vice-versa); toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta de valores.”⁴

Essa reflexão acerca da experiência sob a ótica thompsoniana apenas reforçou a posição tomada anteriormente: a vivência dos sujeitos históricos deveriam se constituir em um referencial obrigatório para o presente estudo sobre a migração em Uberlândia. Daí os recursos da memória e de narrativa, sendo recuperados como pontos básicos na construção de presente trabalho.

³ THOMPSON, op. cit., p. 182.

⁴ Idem, p.190.

Dentro desta perspectiva, interessados em estudar a memória enquanto quadros sociais, ou seja, considerá-la enquanto fenômeno histórico-social, que se manifesta e se socializa na medida em que, através do depoimento e da narrativa oral, o passado vem à tona instigado pelas questões presentes, sendo repensado e reconstruído à luz das experiências vividas.

Outra noção importante a ser definida era a de cidade. Buscou-se neste trabalho encarar a cidade enquanto um espaço socialmente produzido. Este, o espaço urbano, segundo Lobato Corrêa⁵ é simultaneamente fragmentado e articulado pois cada uma de suas partes mantém relações com as demais. Esta articulação se manifesta nas relações cotidianas de deslocamento das pessoas para realizarem atividades normais: compras, passeios, idas ao colégio, médico, trabalho, etc, mas envolve ainda as práticas capitalistas de movimentação do capital, da prática do poder e da ideologia, *“Cidade é o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano, o passado e o futuro próximo, bem como as crenças, os valores e os mitos criados no bojo da sociedade de classes e em projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, ruas..”*

O cotidiano acha-se enquadrado num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando a conflitos sociais. Desta forma o espaço da cidade neste trabalho foi encarado como o cenário e o objeto de lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito a cidade, a cidadania plena para todos.

⁵ CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p. Série Princípios.

Capítulo I.

A Cidade e o Migrante: Em Busca Da Terra

Prometida.

Logo de início , o objetivo desse trabalho era pesquisar os trabalhadores migrantes e a maneira como eles viveram a experiência da migração. Entretanto, já nos primeiros contatos com as fontes escritas percebemos a necessidade de um recorte mais definido acerca do objeto. Isto porque algumas narrativas sobre a história local apontaram para a presença de um fluxo migratório para a cidade desde a década de 40. Uberlândia teve seu contingente populacional basicamente formado por migrantes, hoje espalhados nos mais diversos setores e camadas sociais da cidade.

Diante disso, tornou-se necessário redimensionar o campo e o objeto de pesquisa sobre o qual a análise incidiria. Com que tipo de migrantes trabalharia? De qual setor social? Trabalharia com um bairro ou categoria profissional específicos da cidade onde o numero de migrantes fosse expressivo?

Na verdade, o problema apresentado naquele momento era também o de redefinição do conceito de migrante. Neste sentido, o artigo do pesquisador João

Marcos Álem⁶ trouxe contribuições interessantes e permitiu clarear e apontar novos caminhos na redefinição e abordagem do objeto.

Neste artigo, João Marcos Álem faz uma análise acerca das representações coletivas e da história política de Uberlândia, buscando problematizar a maneira como as elites locais assumiram o papel de “iluminadas” para realizar o grande destino da cidade que segundo o autor parece já ter nascido sobre o atributo da modernidade, e cujo grande destino seria realizar o crescimento econômico ordenado. O autor analisa as tendências políticas baseadas no controle pessoal e de dominação direta e a contradição que estas elites irão vivenciar a partir do crescimento urbano quando novos sujeitos emergirem, tendo de ser controlados e silenciados sob pena de trazerem à tona todas as disparidades e desigualdades sociais existentes na cidade que ostenta o título e imagem de harmoniosa.

Porém, a maior contribuição deste trabalho foi a abordagem do autor acerca da construção dessa imagem de uma cidade harmônica, moderna, progressista e a maneira como o discurso portador dessa imagem foi dirigido aos diversos grupos de migrantes que foram chegando por aqui ao longo da história do município.

Ainda, segundo o autor, a memória histórica produzida por setores muito próximos ao poder, se repetiria em categorias fetichizadas como o trabalho, progresso, comunidade, família e os diversos grupos de migrantes que aqui chegassem teriam de ser incluídos em uma experiência social predestinada: o triunfo da cidade, isto independente das singularidades culturais, de classe ou quaisquer outras.

⁶ ALEM, João Marcos. Representações Coletivas e História Política de Uberlândia. **História e Perspectivas**. Uberlândia, n.4, p.79-102. jan./jun. 1991.

A perspectiva de que há um discurso histórico e cultural elaborado pelas elites que pretende fixar categorias históricas locais ao mesmo tempo que absorve e tenta integrar a elas os outros diferentes e emergentes sujeitos que vão se surgindo e constituindo a cidade, lançou luz sobre qual perspectiva de migração trabalhar.

Optou-se por considerar migrante não apenas aqueles que chegaram à cidade, mas àqueles que se constituem no indivíduo a quem se dirige o discurso controlador e disciplinar, percebendo que o migrante não se constitui como tal pelo simples fato de ser um “forasteiro” na cidade, mas quando se confronta com um discurso e uma realidade que já constitui à priori um “uberlandense de fato”, e que é nesse confronto da relação cotidiana com a cidade, seus moradores, autoridades e com todo o universo de práticas e discursos que ela produz que os migrantes vão se reconhecendo como tal e demarcando seu espaço de existência e atuação dentro de situações específicas e diferenciadas. Ou seja, se o migrante não existe à priori como categoria fixa e acabada, o caminho percorrido pela pesquisa foi o de resgatar as vivências, injunções e experiências que possibilitaram os diversos e diferenciados grupos de indivíduos chegados a Uberlândia a se identificarem ou não enquanto migrantes.

Mulheres e homens concretos que se constituíram como migrantes no espaço urbano de Uberlândia, não apenas por não serem da cidade, mas sobretudo por não terem sido plenamente integrados à sua dinâmica e ocupado espaços marginais (em termos de participação política, no âmbito da educação, saúde, trabalho e moradia). Dentre estes “excluídos” de cidadania, os migrantes favelados se tornaram o foco privilegiado deste trabalho. Neste momento, deu-se opção pelo trabalho com migrantes favelados.

Esta escolha orientou o trabalho, no sentido de apartir daí, o trabalho orientou-se no sentido de mapear as áreas da cidade nas quais o processo de favelização fosse acentuado, para realizar entrevistas com os moradores migrantes, visando o resgate de suas experiências, principalmente em relação à cidade. As áreas escolhidas foram a favela do Anel Viário, situada entre os bairros Taiamã e Tocantins, e a Favela do Bairro Lagoinha, ambas com aproximadamente 4 a 8 anos de existência.

É necessário ressaltar, primeiramente, que o quadro atual de desfavelamento pelo qual passaram as duas áreas sendo que foram retiradas e reconduzidas a seus locais de origem muitas famílias, enquanto outras aguardam decisão da Prefeitura no que concerne a concessão ou não de lotes de terra; influenciou na realização dessas entrevistas, no sentido de que os entrevistados, partem de uma situação complexa no presente para buscar em suas trajetórias, a justificativa de seus desejos, direitos e necessidades para permanecerem em Uberlândia. Sendo assim, há grande possibilidade de que os depoimentos dos entrevistados, principalmente suas opiniões sobre Uberlândia, estejam marcados por pressões daquele momento.

Faz-se necessário problematizar a possibilidade dos discursos dos entrevistados em relação às suas experiências, principalmente suas opiniões acerca de Uberlândia, estejam marcados pelas pressões do atual momento.

Primeiramente, pode-se ressaltar que, para todos os entrevistados, a vinda para Uberlândia aconteceu tendo como perspectiva “a busca de melhoras,” entretanto essa busca não engloba apenas oportunidades de emprego, ela se expressa

também na busca de outros valores, que não passam única e exclusivamente pela situação econômica.

Seu Gercino, 44 anos, saiu de Arco Verde-Pe foi de carona para São Paulo com a mulher e os quatro filhos e expressa um pouco dessa procura em sua fala:

“Eu vim de carona e cheguei até São Paulo, de São Paulo não gostei porque fui roubado três vezes, vim embora prá Uberlândia, e Graças a Deus aqui eu tô tendo sossego, entendeu?”

Uma outra entrevistada, Dona Maria, que morava em Itumbiara-Go aponta:

“Aqui em Uberlândia vou conseguir o estudo deles (os filhos) todinho... mas só que lá dentro de Itumbiara, eles não ia conseguir, ia ficar burro prá toda vida, nem professora lá tá existindo.”

Nesta busca por melhores condições de vida, o local de origem é lembrado pelas dificuldades na obtenção de alimentação, dinheiro, enfim, pela precariedade da vida. O local que se deixou não traz, para a maioria deles, boas lembranças. Quase todos provenientes da zona rural apontam a exploração dos patrões, a escassez do serviço e o medo de ver os filhos passarem fome como fatores da escolha de migrar:

“...aí eu pensei na minha cabeça e quando essa casa de farinha fechá ? quê que é de meus filhos? aí deu um plano assim de eu entrá no mundo”

D.Margarida - Anel Viário.

Seu Betim, morador da Lagoinha e natural de Jequitinhonha-Mg, aponta outras dificuldades

“Eu trabalhava lá fora e eu dormia sem janta, num foi um dia nem dois não...trabalhei quatro anos prá Prefeitura , maior parte era dormir sem comer e

molhado no mato, bater enxadão, ficar carregando carrinho de terra, prá servir prefeitura, governo e eu na mão.”

Nos relatos dos migrantes uma série de conflitos, particularidades, memórias e vivências vão aflorando. O local de origem é lembrado na medida que a comparação com Uberlândia se apresenta, e embora todos digam que morar em Uberlândia é bem melhor, percebe-se algumas contradições, quando vem à tona a lembrança dos familiares e amigos que se deixou ao partir.

A experiência da migração surge como fator de mudanças nos valores e comportamentos devido à falta de apoio, à desmoralização, à ausência dos familiares e à própria solidão vivida:

“...até os dezoito anos , se nêgo abrisse a boca prá mim eu tava entrano com ele na faca, no tiro porque eu tinha apoio, né? do véio meu pai que era um grandão dos homem lá... e hoje eu me sinto sozim porque devido eu morar aqui nessa favela a minha familia é afastada de mim.” Seu Gercino - Anel Viário.

Esses depoimentos apontam para o fato de que a migração deve deixar de ser abordada apenas como um mero deslocamento espacial, que altera os quadros demográficos, sociais, econômicos e políticos do país, e passar a ser encarada também como um processo que envolve opções individuais, valores, afetos e que mudam a maneira de sentir e viver das pessoas, ou seja, é um processo de reconstituição da subjetividade.

Durval Muniz⁷ faz a crítica aos estudos empreendidos sobre a migração que tendem a enveredar pela teoria da marginalidade onde, de forma funcional, tende-se apenas a inquirir sobre a integração ou não deste migrante à sociedade e a funcionalidade de tal integração, pois *“este tipo de abordagem perde de vista o*

⁷ MUNIZ, Durval. **Para aí Bahianos!? Cultura Tradicional e Identidade de Classe:** (Rio de Janeiro e São Paulo 1920 - 1950). São Paulo: UNICAMP, 1989. (Projeto de pesquisa , Mestrado).

migrante como autor de sua própria conformação, assimilação pela sociedade ou não.”

Tais estudos consideram que esta integração ou marginalização do migrante quase sempre incluída nas condições materiais, nas condições econômicas e sociais do migrante e da cidade que o está recebendo. O migrante como ator de sua história, capaz de atuar sobre estas condições e modificá-las ou até reforçá-las, é praticamente ignorado.

Esta tentativa de encarar o processo de migração como um movimento mais amplo, inserido dentro de todo um contexto social, mas que também envolveu escolhas e opções, sonhos, sentimentos e perspectivas de uma vida diferenciada, é também um esforço de fazer falar os silêncios reais através das experiências daqueles que buscando melhoras, constituíram um movimento social que veio a se tornar pauta do dia principalmente nas décadas de 70 e 80 no Brasil.

É preciso também perceber que essa desterritorialização, o fato de viver em Uberlândia, criou novas representações não apenas da cidade grande, mas também de seus locais de origem, ou seja, ao partir do presente os migrantes falam tendo incorporado novas experiências e fazendo releituras. O passado interessa quando evocado para estabelecer comparativos.

A vinda para Uberlândia está muito associada à imagem da cidade trabalhada pela mídia como sendo muito boa .

“ Uberlândia é falada no Brasil inteiro, de bom nada de ruim, o povo vê em radio, televisão, que Uberlândia é bom, é isso é aquilo e parte Uberlândia e o Ferolla (prefeito) não vai dar conta de tirar não.”

Seu Gercino- Anel Viário

No entanto, esse processo também passa pela imagem que muitos formavam da cidade através de parentes e conhecidos que aqui residiam ou ainda sobre aquilo que mitos viam por ocasião de seus passeios à cidade, passando a acalentar a ideia de que aqui a vida seria mais fácil.

Vale apenas ressaltar que essa imagem de Uberlândia como sendo portadora do atributo da modernidade e que parece viver desde sua fundação uma “infindável época de ouro” não parece ser uma construção recente⁸, entretanto pudemos perceber que a partir da década de 70, a imprensa local vai trabalhar com dois discursos diferentes e aparentemente contraditórios. O primeiro persiste na reafirmação de Uberlândia como sendo um polo desenvolvimentista:

“ O desenvolvimento de Uberlândia é hoje uma realidade tão latente que embora os meios de comunicação façam sua divulgação em caráter precário, já chegou aos ouvidos de diversos grupos financeiros que querem investir seu dinheiro em lugares progressista”.⁹

O outro aponta para aquilo que a imprensa local iria chamar de sérios e complexos problemas municipais: as favelas, apontadas como um mal da cidade que cresce e, mais interessante, sugerindo, embora de forma indireta, para o fator que era considerado como razão da existência dessas favelas:

“...felizmente esses núcleos paupérrimos não tem crescido ultimamente, graças ao trabalho de erradicação da mendicância. Verifica-se portanto que é raro o

⁸ Acerca desta afirmação ver :

ALEM, João Marcos, Op. cit., p.89. Onde o autor aborda a construção da imagem e da representação de Uberlândia como uma cidade progressista, desenvolvimentista, através da elaboração de um discurso nativo que tem por objetivo incorporar e silenciar os novos sujeitos políticos emergindo, e tendem a colocar em xeque o poder político das elites locais.

⁹ “Uberlândia desenvolvimentista.” **Tribuna de Minas**, Uberlândia, n. 1312, 19\05\73.

aparecimento de novos favelados, pois de outras cidades não permanecem pedintes em Udia.”¹⁰

A coexistência desses dois discursos, e a contradição entre a cidade que se desenvolve tendo como realidade “pedintes de outras cidades” e favelados, não era uma realidade vivenciada somente por Uberlândia naquela época.

Na década de 70, o país vivia a euforia do chamado milagre econômico brasileiro, quando governo e empresários exultavam as taxas de crescimento da economia brasileira. As condições políticas e sociais que viabilizaram este fato, haviam sido desenvolvidas sob os auspícios da ditadura militar. Segundo Nadine Habert,¹¹ o milagre econômico sustentou-se em três pilares básicos: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a entrada maciça de capitais estrangeiros. Para a classe trabalhadora o grande milagre foi sobreviver. Para os migrantes expulsos do campo e de cidades menores, a cidade grande continuava sendo a saída.

No que concerne ao campo específico das migrações internas já desde 1967, por ocasião do Decreto Lei 200, o Ministério do Interior era encarregado de atuar no domínio da radicação de populações, ocupação de territórios e migrações internas, e dedicou-se à realização de pesquisas e estudos que traçaram o perfil do fluxo migratório no Brasil determinando que entre 67 e 80 mais de um terço da população brasileira já se enquadrava na categoria de migrante interno, ou seja, já havia ultrapassado pelo menos uma vez a fronteira de seu município de origem.

¹⁰ “Locadores formam favelas.” *Tribuna de Minas*. Uberlândia, n. 842, 29/07/72.

¹¹ HABERT, Nadine. *A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1992.

Em Minas Gerais, no período de 70\76, um milhão de pessoas haviam migrado se realocizando dentro das fronteiras do próprio Estado. O aparente paradoxo entre o crescimento acelerado da economia mineira e a expansão das correntes migratórias parece parcialmente explicados quando se lança vistas sobre o III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social , onde *“percebe-se que a política industrial mineira seguida pelo Estado no período pós-1970 , ao invés de levar a uma integração regional, parece ter acentuado os desequilíbrios regionais”*.¹²

Dentro desta perspectiva, a inserção de Uberlândia no projeto desenvolvimentista do Estado brasileiro, era apontado como saída para absorver as forças ociosas resultantes do fluxo migratório.

Toda esta problemática será melhor analisada no capítulo 3 desta monografia, entretanto, a elucidação do contexto social, político e econômico da época é importante na medida em que lança luz sobre o momento histórico vivenciado pelos homens e mulheres que fizeram a opção de migrar.

Não há dúvidas de que o modelo econômico adotado pelos governos pós ditadura, influenciou o ritmo e teve conseqüências concretas na vida das pessoas. Em um primeiro momento, poderia-se apontar o processo de migração como conseqüência do desequilíbrio causado pelo modelo econômico excludente, no qual o país foi inserido. Entretanto, mesmo dispondo de dados concretos a este respeito, haveria a necessidade de empreender ainda uma análise mais apurada de como esta

¹² “ Falência das grandes cidades tem causa nas migrações interna. **Revista do Comércio**. Belo Horizonte, n.13, 1980.

“tendência geral” afetou e influenciou as migrações para Uberlândia, e de quais formas esta tendência foi vivida e trabalhada na cidade.

Optar por uma abordagem que coloca a migração como causa ou consequência de um modelo econômico é limitar a percepção do processo histórico da migração onde vários projetos políticos individuais e/ou coletivos se defrontaram, é fazer “tábula rasa do passado” chegando a conclusões deterministas e ou memória a maneira como o ato de migrar, de morar na favela tomou corpo e se concretizou dentro de um campo de possibilidades diversas as quais não se poderá determinar com exatidão.

Não que a História prescindia de modelos, entretanto o diálogo com os sujeitos históricos e o resgate de suas experiências possibilita a tensão entre o modelo e sua atualização. E é justamente através dos depoimentos colhidos dos migrantes favelados, que as contradições afloram percebendo-se que se havia uma “tendência geral”, ela afetou de maneira diferenciada e diversa a vida desses trabalhadores.

Capítulo II

Experiências de vida na "Cidade Promessa"

Nas falas dos sujeitos entrevistados, a vinda e a permanência em Uberlândia, a "opção" por morar na favela e as relações estabelecidas a partir desse referencial, se dão num universo contraditório de perspectivas e percepções e, na medida em que os depoimentos foram se expandindo, abordando várias temáticas, vários pontos do discurso existente na imprensa local ou provenientes do poder público municipal vão sendo questionados ou abordados sobre outra ótica.

Se, por um lado, a imprensa local colocava a favela como lugar de moradia basicamente de pedintes, mendigos e os caracterizavam diretamente como migrantes, as falas dos migrantes apontam outro quadro.

Seu Zé Brito, morador do Anel Viário a quatro anos, é natural de Itumbiara, mas já mora em Uberlândia a vinte e cinco anos. Em sua trajetória de vida, narra que já trabalhou fichado como vigia, guarda-noturno, pedreiro, cuidou de fazendas, trabalhou no DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto), e só foi morar em favela quando perdeu o emprego e logo depois ficou doente, *"a maior parte desses edifício, trabalhei neles todos, construindo, trabalhei nessas portarias, trabalhei de guarda, fiz muito serviço dentro de Uberlândia, eu ajudei a fazer esta cidade."*

Para ele, como para todos os outros entrevistados, a situação de ir morar na favela deu-se diante da impossibilidade de pagar aluguel, bem como a de adquirir um

lote porque “ *comprar uma casa lá nesses conjuntos , prá dá uma entrada, terminar com vinte e cinco anos de prazo, ninguém dá conta, e outra comprar terreno também, qualquer terreno aqui e 4,5,6 mil reais, ninguém dá conta com esse salário mixado.* (Zé Brito - Anel Viário.)

A referência ao salário mixado descortina ainda uma outra questão: o favelado trabalha, mas ganha pouco, sendo assim, a favela não é necessariamente um local de pedintes e sim de trabalhadores expropriados da condição pagar por uma casa e de “morar na cidade.”

De todos os migrantes entrevistados, nas duas favelas apenas dois não trabalham, isso por falta de saúde.

Seu Gercino (Anel Viário) e Seu Betim (Lagoinha) trabalham com carroça sendo que o último desempenha também a função de guarda-noturno. Seu Valdivino (Lagoinha) também trabalhou como guarda-noturno e foi despedido quando o salário aumentou para cem reais, agora trabalha catando papel que carrega com a motinha que comprou com os direitos que recebeu ao ser despedido.

Seu Eurípedes (Lagoinha), trabalhou vinte anos como picolezeiro em Uberaba, pediu demissão por ganhar pouco e veio para Uberlândia para trabalhar e incentivar seus dois filhos rapazes a fazerem o mesmo e estudarem, mas logo que chegou aqui adoeceu de hepatite e não pode mais trabalhar. A mulher trabalha de faxineira numa empresa de construção civil .

Dona Margarida (Anel Viário) trabalhava de “raspar mandioca” em Garanhuns-Pe, foi para Monte Alegre-Mg morar com o filho casado, lá trabalhou nas roças de abacaxi e veio para Uberlândia, morar na favela, porque “não deu certo com

a nora”. Logo que chegou aqui, foi atropelada e não pode mais trabalhar, não é aposentada.

Cidinha (16 anos), filha de D. Margarida também foi entrevistada, ela trabalha como doméstica a quase três anos e faz a quarta série.

Seu Zé Brito (Anel Viário) trabalhou vinte anos como pedreiro, vigia e porteiro em Uberlândia. Hoje, vive de fazer bico:

“é uma empresa, é o que aparece, um quintal, um empreita, outras vezes corto um cabelo...”

Ele, que não se considera um migrante, relata que aqueles vinham arrumar serviço “ *uns trabalhava com carroça de cavalo, outros apanhava papel, outros catava ferro velho, outros de guarda, outros ficava à toa, tinha todo tipo de meio de vida.*”

Os migrantes aparecem ainda em sua fala como gente simples, que lutava para defender o pão de cada dia com esforço.

Diferente das versões correntes na imprensa e das autoridades locais que apontam as favelas como “ *núcleos compostos por marginalizados, principalmente por razões econômicas, vivendo em quase total promiscuidade... cujos padrões éticos e sociais se formam por um código anômalo, baseado na frustração e na revolta,*”¹³, na fala dos migrantes favelados a favela aparece como local de moradia de trabalhadores: “*tem os marginais sim, mas a maioria é trabalhador.*” (Seu Gercino - Anel Viário.)

¹³ NASCIMENTO, Dorivaldo Alves. **O drama da Favela e do Favelado**. Uberlândia, 1982. mimeo. Trabalho apresentado e discutido na Câmara Municipal de Uberlândia.

Em contra-partida, a favela também vai aparecer no depoimento dos migrantes-favelados como lugar reservado àqueles que se aventuram à cidade grande, mas que não possuem os pré-requisitos necessários para a obtenção de uma dada cidadania (termo aqui utilizado para designar acesso às benfeitorias que a cidade oferece):

“agora a pessoa também que não tem boa profissão, não tem estudo, vim prá cidade, só vem prá penar, num dá conta de construir, num dá conta de pagar aluguel, só sobra favela”

Seu Zé Brito - Anel Viário.

A fala parece decifrar uma lógica existente das cidades grandes; a definição e a demarcação dos espaços geográficos de acordo com as posições sociais e econômicas, a favela aparece para esse trabalhador-migrante como único espaço viável e que oferece condições de sobrevivência dentro dessa lógica *“ porque a vida ficava mais fácil, num pagava aluguel, num pagava água, num pagava luz,, tudo que ganhava dava prá ir passando,né? qualquer servicinho...”* (Seu Zé Brito)

A opção pela favela se concretiza quando se torna a única opção de continuar vivendo na cidade grande, a moradia deixa de ser o valor preponderante e outros vem à tona, principalmente quando se retoma a vida no local de origem.

D. Margarida (Anel Viário), morou em Monte Alegre antes de vir prá Uberlândia, relata a experiência que a levou a mudar de cidade:

“lá não tem nada de serviço, lá os homem é tudo parado, lá não se fala em trabalhá porque não tem serviço, então eu fiquei nervosa, pagando aluguel de casa sem ter o que comer, também não adianta ,né? aí eu botei meus filhos em cima dum carro que me trouxe até aqui.”

D. Maria (Lagoinha), conta que tinha casa em Ituiutaba, onde morou cinco anos, depois vendeu tudo para vir morar em Uberlândia, chegando aqui foi direto para a favela e construiu seu barraco com material ganhado e achado no lixão, *“nós viu que aqui tinha jeito de viver, de tratar dos menino, dá o estudo dos menino melhor...”*

É também neste campo de representações, que aparecem mais nitidamente as imagens sobre a cidade de Uberlândia e sobre a favela. Os depoimentos, neste aspecto, demonstram as contradições e ambigüidades, reafirmando-a complexidade das relações vivenciadas.

Apesar das dificuldades enfrentadas na cidade pelo fato de ser migrante, a discriminação por ser favelado se torna visível na falta de emprego nas empresas e nas casas de família, dificuldade de vagas nas escolas, acesso ao centro da cidade, tudo isso aliado à falta de conforto, serviços básicos e o cotidiano violento das favelas. Há flagrantes nas falas dos entrevistados, que demonstram haver uma clara distinção entre a boa cidade de Uberlândia e a favela.

“Uberlândia é uma beleza, não estraga nada, é uma maravilha.”

Seu Gercino - Anel Viário.

Entretanto, essa cidade-maravilha tem seus problemas, e se expressam para o migrante-favelado de várias formas, principalmente no que diz respeito à oportunidade de trabalho, educação e relações sócio-afetivas.

A contradição é evidente na fala de D. Margarida pois, mesmo afirmando o fato de arrumar serviço em Uberlândia mais facilmente, alega também a necessidade

de fornecer o endereço errado para conseguir colocação, além de que *“Uberlândia é grande demais, quando a gente vem arrumar emprego, é difícil demais...”*

A dificuldade de acesso à cidade também parece ser outro complicador :

“prá arrumar escola e prá arrumar emprego, prá quem vem de fora é mais difícil, porque eles precisam saber mais ou menos, quem é aquelas pessoas prá poder colocar naquele serviço ou naquela escola”.

Dona Margarida - Anel Viário

Para Seu Gercino, neste ponto, Uberlândia é diferente de São Paulo onde *“teve serviço é prá arrumar, agora aqui em Uberlândia se ocê chegá na porta d’uma firma e falá assim... eu moro na favela, pronto...nós num tem mais vaga.”*

Na verdade, o que parece haver é o entrecruzamento de dois discursos diferenciados, um que coloca Uberlândia como uma cidade perfeita, plena de oportunidades de trabalho, ascensão social e muito próximo daquele transmitido pela imprensa local, e um outro, contestador e questionador dessa imagem, partindo de um referencial criado a partir da dureza das condições de vida na favela.

Ao mesmo tempo que em para alguns depoimentos a favela surge como algo incompatível com uma cidade do porte e beleza de Uberlândia:

“Nessa rodovia vem gente de tudo quanto é canto do mundo prá tá aqui, chega e vê um trem feio desse, é até um rebaixamento prá cidade, uma cidade dessa, famosa, bonita...isso num tá certo não...”

Seu Zé Brito - Anel Viário.

Em outros, ela surge como fruto de desigualdades sociais. E apontam como a solução para o problema a expansão de todos os benefícios de infra-estrutura até a

favela. Se a favela recebesse tudo aquilo que a cidade oferece aos seus “outros” moradores:

“...então favela é o seguinte, é eles dá uma chance da gente viver melhor, pôr uma energia, pôr uma água prá gente ter.”

Seu Gercino - Anel Viário.

Essa fala expressam o fato dos favelados terem a consciência de fazerem parte de uma conjuntura maior e ao apontarem alternativas, demonstram o reconhecimento de que a solução para os seus problemas passam também por um comprometimento das autoridades, bem como uma mudança de rumo no teor e implementação das políticas públicas nesse setor.

“ porque não tem prá fazer limpeza na bica d’água que serve para a população toda?” tem fiscal prá olhar a gente, prá olhar se faz barraco, se faz isso ou aquilo

Seu Gercino - Anel Viário.

A questão de acesso aos serviços básicos, principalmente à água, é apontada nas falas dos moradores das duas favelas e só vem a desmistificar mais um ponto acerca da imagem “comum” que se tem dos favelados: a da falta de higiene e preocupação com a saúde.

Nas duas favelas, as pessoas entrevistadas demonstraram grande preocupação com as sujeiras na água, levando-as a pedir água para beber nas casas vizinhas - o que muitas vezes é negado - e faz da cavação de cisternas uma prática comum, fato este que também, segundo os entrevistados, retoma práticas utilizadas com frequência nos locais de origem.

À medida que os depoimentos fluíram, outras dificuldades do dia a dia emergiram de suas falas :

“tem dia que até o gás acaba e nós não tem dinheiro de pagar, tem que cozinhar na lenha, na fumaça, igual cozinha lá no Nordeste veio mesmo.”

Seu Gercino - Anel Viário.

Neste ponto, os migrantes expressam que em muitos aspectos a busca de melhoras (ou melhorias?) foi frustrada, e o interessante é perceber como a clareza deste fato se expressa em falas que remontam a coisas simples e cotidianas, fazendo-nos, mais uma vez, perceber a teia de valores e perspectiva de vida existente ao migrar, como sendo muito ampla. Esta teia não poderá ser, pelo menos parcialmente, destrinchada negando a possibilidade desses sujeitos recuperarem seu passado através de suas falas, mesmo reconhecendo o fato destas falas trazerem fatos relidos e reelaborados por experiências posteriores.

Entretanto, é no campo simbólico que os migrantes favelados, através de seus depoimentos, vão elaborando novas representações. Tarefa realizada no cotidiano das relações estabelecidas com os vizinhos da favela ou de bairros próximos, na família com os parentes, no trabalho, na escola e com as autoridades, fiscais da prefeitura, assistentes sociais, entre outros.

De dentro desses campos de relações estabelecidas e vivenciadas e das contradições que elas envolvem, o migrante vai construindo sua identidade, quem é ele, que espaço ocupa e que possibilidades de atuação e intervenção ele tem dentro deste espaço.

Nas relações estabelecidas com os vizinhos da própria favela, podemos perceber variações de intensidade ocorridas devido ao grau de confiabilidade e simpatia inspirado.

A afirmação é óbvia e se torna importante quando percebemos que elas envolvem distinção entre os próprios favelados, tendo na base desta distinção a elaboração de valores acerca de caráter, decência, honestidade e inteligência.

Ela passa também a noção de solidariedade presente ou não nas ações de uns para com os outros. Essa noção está bastante presente na fala de Seu Gercino, que, por avisar a Prefeitura acerca da construção de mais barracos na favela, contrariando a ordem dos fiscais, ganhou fama de dedo-duro, ficou “mal falado”. Isso, só vem reforçar a existência da noção de solidariedade, seu aspecto de cumplicidade e seu peso nas relações cotidianas da favela.

“se ela (favela) souber que qualquer um foi conversar qualquer coisa sobre...a respeito daqui da favela, já começa a xingar por aí pra todo mundo ...aí eu fico meio indeciso ,né? num sei se ajudo a parte emigrante ou se ajudo a Prefeitura, porque aí fica pesado pros dois, né?”

Além de demonstrar a existência da noção de solidariedade, esta fala também abre brechas para a discussão de uma outra questão muito presente nas relações existentes, de forma implícita ou não, no universo da favela: as disputas e jogos de interesse e de poder, nos quais os favelados estão envolvidos com a Prefeitura, levando a esta atitude de duplo posicionamento, expressado por Seu Gercino na fala anterior.

“ mas eu creio que levo mais vantagem ajudando a Prefeitura que ajudando os emigrantes, eu acho que eu tenho mais vantagem em ajudar quem me ajuda, do que quem não me ajuda em nada, né?”

Percebe-se que o fato de obter proximidade e confiabilidade na Prefeitura é uma forma de se ter mais chance de ganhar um lote de terra, *“eu num tem nada a ver , eu faço a minha parte, eles não quer ajudar em nada, eu faço a minha parte ... porque amanhã ou depois num é possível que pelo menos o Ferolla (prefeito) num tenha consciência que tem um emigrante que ajude ele, né? então eu ajudo ele em qualquer coisa.”* (Seu Gercino - Anel Viário). Outra coisa muito clara nas falas é a noção da “Força da Prefeitura”, contra a qual não compensa se indispor.

A disputa pelo lote de terra está no bojo não só das atitudes assumidas face à prefeitura mas, também, nas diferenciações que os migrantes favelados empreendem entre eles mesmos. Evidência disso, é a divisão da favela do Anel Viário feita pelos próprios moradores em : abaixo e acima da bica d’água.

A parte de cima é formada pelos mais novos e a de baixo pelos mais antigos, estes dois termos aparecem nas falas como reveladores de maior ou menor direito ao lote de terra. Essa noção parece estar muito ligada ao próprio procedimento de desfavelamento da Prefeitura, quando esta diz só conceder lotes, ou pelo menos assegurar a permanência dos barracos no local, àqueles que possuem mais de três anos de moradia em Uberlândia.

Em todas as falas, a referência do tempo de moradia na favela aparece associada ao direito de ganhar um lote. Muito expressiva neste sentido é a fala de Seu Zé Brito que, em primeiro lugar, não se considera mais um migrante por já morar em Uberlândia a vinte e cinco anos - os migrantes aparecem em sua fala sob o pronome “eles” e não “nós” - , e depois passa a citar toda uma lista de motivos por continuar morando na favela enquanto tantas famílias já foram retiradas.

Praticamente toda sua fala caminha no sentido de demonstrar fatos e documentos¹⁴ que o caracterizam como um “uberlandense de fato”: ele se casou, teve suas filhas e as registrou em Uberlândia, vota em todas as eleições, tem a carteira profissional toda cheia de assinaturas, ajudou a construir quase todos os prédios que existem hoje na cidade, tem seu nome limpo com as autoridades, serviu o Exército aqui, isso tudo além de possuir cartas de apresentação.

Essa fala expressa a assimilação de um discurso muito particular elaborado pela Prefeitura no momento de criar critérios de quem tem ou não direitos, e joga no bojo da discussão a questão sobre a elaboração de uma dada “cidadania uberlandense”.

Segundo João Marcos Alem¹⁵, a elaboração de um discurso “nativo” em Uberlândia, remonta à própria fundação do município e visou desde o início manter a cidade e seu desenvolvimento no controle das elites locais, fazendo parecer existir em Uberlândia apenas conturbações sociais e não processos políticos de luta. Nesse discurso, os sujeitos emergentes da experiência da cidade que cresce são escamoteados, dissimulados em relações predeterminadas e desaparecem nos discursos subjacentes a essas relações.

A cidade é aberta e generosa para quem trabalha, valoriza a família e a vida em comunidade, ou seja, quem está inserido e nunca perturbou a ordem da cidade: trabalhou, casou, constituiu família e tem o nome limpo.

¹⁴ Enquanto falava Seu Zé Brito foi buscar , em uma sacola, muito bem guardados todos os seus documentos tirados em Uberlândia dando ênfase principalmente à sua Carteira de Trabalho toda assinada.

¹⁵ ALEM, João Marcos. op. cit., p. 81.

“ Uberlândia sempre foi uma cidade aberta. O indivíduo chega aqui e ninguém pergunta de onde ele veio, mas o que ele faz. Se é trabalhador integra-se a cidade em pouco tempo...”¹⁶

Está claro o fato de que a cidade reserva seus espaços a quem sempre viveu de acordo com os mecanismos por ela ditados. A noção de cidadania é concebida como algo estreitamente vinculada à ideologia dominante presente no discurso local e não como um direito a condições de vida digna e de caráter universal.

Retomando a questão da solidariedade, seria interessante demonstrar as formas que ela assume no dia a dia dos migrantes-favelados, para além desse caráter de posicionamento favorável ou não aos interesses da Prefeitura.

Na favela do Lagoinha, a presença dessas “relações de solidariedade”, aparece com mais frequência nas falas e se expressam na ajuda mútua, nos empréstimos de comida, na troca de favores, almoços em fins de semana e cultos religiosos nas casas dos vizinhos, divisão de luz elétrica a partir de um único padrão, entre outras práticas.

“ se chegar um aqui agora e disser “Ô Betim, eu tô sem arroz lá em casa, você me arruma um pouco de arroz prá eu dá pros meus filhos? Eu tenho ali ó, eu arrumo prá ele... e esse aqui dá favela mesmo, você pode beirar e dizer : “ ô gente me arruma um pacote de café, todo mundo te arruma.”

Seu Betim - Lagoinha.

Seu Betim, cria porco e galinha no fundo de seu quintal e quando mata um “porquinho” dá um pedaço de carne para os vizinhos, chama os amigos “prá comer um pedaço de carne assada”. D. Maria, apesar de afirmar ao se referir aos vizinhos

¹⁶ Revista Flash.. n. 10, SET/88.

que é cada um na sua *“a gente não vai muito com o tipo das pessoas”*, também lembra *“eu fui a primeira que tive energia e cedi energia prá todo mundo, aí na hora de pagar, todo mundo ajuntava e pagava.”*

Estas falas expressam a existência de relações coletivas firmadas em laços de vizinhança e ajuda mútua. Entretanto, elas não parecem ser levadas muito em conta pelas autoridades locais no momento de elaborar e implementar projetos de desfavelamento, quando segundo o Secretário Municipal de Planejamento Sérgio Vieira,¹⁷ *“os favelados são colocados dentro da malha urbana para melhor se integrarem”*, o que significa dizer que são distribuídas por vários bairros da cidade. Resta saber quais as conseqüências, bem como, as reais intenções e eficiência dessas ações.

No que se refere às relações estabelecidas com os moradores da cidade e que se expressam no cotidiano da vida no trabalho, educação apresentados em outros pontos desta monografia, há aquelas que se inserem num campo específico sobre o qual gostaria de tecer algumas considerações no momento: o da assistência social.

Esta relação aparece em quase todas as falas e sua existência influi decisivamente na construção da imagem de Uberlândia como uma cidade boa e generosa.

“a cidade aqui é muito boa, muito rica, e ela tem muita gente boa que gosta de ajudá os outros, ajudá com alimento, ajudá com roupa, calçado... vem dar cesta prá gente, porque a gente num gosta dum lugar assim?”

D.Maria - Lagoinha.

E a idéia está presente também nas falas dos moradores do Anel Viário,

¹⁷ ENCONTRO NACIONAL DA ANSUR (Associação Nacional do Solo Urbano), 1996. UFU, Uberlândia.

“Quando cheguei aqui a minha sorte foi primeiramente Deus e o pessoal daqui de Uberlândia, era toda semana trazendo cesta.”

D.Margarida.

Além da ajuda de comida, roupas e calçados os depoimentos apontam para outros tipos de ajuda muito presentes: um carro para levar no médico em caso de urgência, ajuda com o material de escola dos filhos, no enxoval para os recém-nascidos e até mesmo a assistência no campo espiritual que aparece nos cultos feitos em suas casas por pessoas que dão conselhos e falam coisas boas.

A prática da assistência, entretanto não parece num discurso isento de contradições. Os entrevistados demonstram, em muitos momentos, a clareza de que esta é uma ajuda paliativa e não muda sua situação de forma mais global. “*A turma vem traz umas coisinhas prá nós, prá ajudá na despesa, isso e aquilo., mais outro conforto? num tem rádio, num assiste uma televisão, né? a gente não vive , vegeta.*” (Seu Gercino - Anel Viário).

Outro aspecto a ser considerado, ainda no campo de assistencialismo, é o fato do aparente suprimento das deficiências das políticas públicas da prefeitura pela ajuda recebida dos setores civis da sociedade. Em outros momentos estes dois fatos parecem se justificar ou até mesmo se confundirem.

Ao lembrar o processo de desfavelamento de alguns famílias do Anel Viário, reconduzidas a seus locais de origens em caminhões cedidos pela Prefeitura, Seu Zé Brito diz que não houve covardia e que o povo da favela “foi mito bem ajudado”. Ao ser questionado sobre a ajuda da Prefeitura aos favelados sua resposta é ambígua:

“ajudou... o povo da prefeitura , esses povo das empresas, os povo da Legião da Boa Vontade, aqui vinha cesta e mais cesta, vinha muito trem prá esse povo, foi muito bem ajudado.”

O fato de haver confusão entre os papéis das autoridades locais, mais especificamente da Prefeitura, e de pessoas ou grupos da sociedade civil, não é novidade quando se faz uma análise mais detalhada acerca das representações políticas locais e quando se atenta para a existência de um discurso divulgado pela própria imprensa local que, associando poder público e político ao carisma pessoal elege figuras de altas condições para a luta política na cidade.

Ao analisar a história política de Uberlândia , Alem¹⁸ aponta duas tendências. A primeira supõe relações sociais fundadas no laços comunitários e familiares e estabelecem um sistema de dominação direta e pessoal, prevalecendo nos locais onde não predominam os mecanismo de controle do Estado Moderno, ou pelo menos, estão presentes mas são acessórios. Em resumo, as ações políticas são fundadas no carisma das lideranças, no status dos proprietários, nas concessões de favores enfim, em um sistema de prestações e contra prestações de serviços no qual as tensões estão profundamente ocultas , havendo possibilidades escassas de emergirem à consciência dos dominados.¹⁹

Na segunda tendência, o discurso é revisto adequando-se à modernidade urbana, e tanto na questão política quanto na questão urbana há que se lançar mão de recursos institucionais.

¹⁸ ALEM, João Marcos. op. cit., p 81

¹⁹ CARVALHO FRANCO, M.S. de. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 3 ed., 1983. p 88.

Se por muitos momentos persiste a concessão de benefícios tomando o lugar das políticas públicas coerentes com a extensão do problema, também há ocasiões em que o poder institucional se manifesta para garantir as exigências da cidade que promete ser metrópole. Nesse momento, criam-se critérios para a permanência na cidade, que vão desde o tempo de moradia até o título de eleitor, fazem-se exigências de declarações de tempo de escolaridade e não propriedade de bens imóveis em outro lugar.

É no campo da experiência do desfavelamento que todas essas vivências vem à tona, onde toda a carga das contradições se apresentam com muito mais força e se expressam na linguagem dos migrantes favelados.

Partindo da experiência atual do desfavelamento, a trajetória da migração é retomada desde a vida no local de origem, a vinda para a cidade e a moradia nas favelas. Essas lembranças são retomadas em momentos diferentes seja para representar, tecer comparações, justificar ou clarear o momento presente.

O relato dos migrantes não retoma esta trajetória de forma linear e a leitura do passado depende sempre da posição assumida no presente, é assim por exemplo que o local de origem volta nos depoimentos, quando no momento do desfavelamento, surge a questão do direito de continuar ou não morando na favela em Uberlândia.

Os critérios empregados pela Prefeitura nesse processo já foram citados em outro momento, mas para efeitos de maior clareza do assunto ora abordado, cabe analisá-los novamente.

A exigência da Prefeitura consiste em se comprovar estar morando na cidade a mais ou menos três anos, não ter imóveis em outros lugares, ter os filhos na escola.

Quase todos os entrevistados que demonstram a esperança de ficar na cidade e ganhar um lote de terra, haviam passado pelo processo de arrumar as diversas declarações contendo as informações requeridas e entregá-las à Prefeitura.

Outro dado importante é que esta não parece ser a primeira vez que a Prefeitura, tenta desocupar as áreas faveladas.

Seu Betim, morador da favela do Lagoinha a oito anos, contou-nos que durante um tempo ficou lá apenas para vigiar a área nesta época desocupada, mas logo em seguida ela foi enchendo de barracos.

Para Seu Gercino morador do Anel Viário, o projeto de desfavelamento levado à cabo pela Prefeitura aparece como inútil. A ineficiência das práticas públicas nesta questão são denunciadas na fala simples:

“ se acabá aqui, tira essa turma daqui, vem outros emigrantes de fora, num tem condição de alugar casa vai e monta em outro lugar ou talvez nesse mesmo, né? aí num tem condição, eles tem que vê isso aí, tem que dá um jeito de quando montá uma favela, eles arrumá uma luz, eles arrumá uma água suficiente...”

O direito a ficar em Uberlândia traz, ao campo das representações, toda a carga do discurso de ser um uberlandense de fato, pois estes são realmente aqueles a quem a Prefeitura deve apoiar “ *porque esse tanto de gente assim se a Prefeitura fosse dá terreno prá deles tudo, vier enchendo de gente... eles tinha mais obrigação é de cuidar dos pessoal que era daqui mesmo...é filho daqui, às vezes tem filho estudando aqui, às vezes fosse eleitor, cara que trabalhava de carteira assinada, mas*

esse pessoal que vem de fora, chegam, chegam, a Prefeitura num tinha que fazer nada com eles mesmo não..." (Seu Zé Brito - Anel Viário)

A esperança de conseguir um lote de terra está na tônica de todos os depoimentos e revelam um universo de valores, práticas e relações de força e poder vivenciados por esses sujeitos, principalmente com a Prefeitura Municipal.

O desejo de ganhar um terreno não apenas põe em evidência as relações desses sujeitos com as autoridades, mas também revela através de suas falas todo o universo de desejos e significações contidos no fato de morar na cidade, morar no sul do país, ter uma casa, além de trazer à tona valores como liberdade, autonomia e propriedade.

"todo mundo tem vontade de ter um terreno aqui no sul, que prá eles acha que tendo um terreno aqui no sul é rico, mas não é não gente, aqui a vida é melhor do que lá, né? só que riqueza ninguém tem em lugar nenhum."

Seu Gercino - Anel Viário.

A fala retoma o ponto de discussão inicial deste relatório: o ato de migrar não ocorre por grandes ambições, o que se busca não é a riqueza fácil e sim melhores condições de vida.

A fala aponta também para o imaginário que muitas vezes se cria do sul do país como a terra da promessa, alternativa para os problemas das populações mais pobres do país.

"eu desejo um dia , se Deus quiser ter um terreno prá eu mesmo dominá."

Seu Gercino - Anel Viário.

A vontade de poder dominar, ter de fato a propriedade de um terreno ou de uma casa é muito natural e evidente em todas as falas, isto porque a moradia e a casa própria vão aparecer, no momento de se deixar a favela, como um estatuto de cidadania, a possibilidade de concretizar as expectativas que se tinha ao deixar o local de origem, não só no sentido de ter onde morar mas também de acesso ao conforto e às facilidades de se morar numa cidade grande.

Em todos os depoimento, principalmente o de mulheres, a vontade de ter uma casa também está relacionado ao fato de conseguir o conforto que a vida na favela não oferece e aparece não só como o acesso aos serviços básicos mas também na possibilidade de se ter eletrodomésticos, poder arrumar a casa e receber visitas sem passar vergonha, e inclusive na liberdade de poder sair de casa sem correr o risco de voltar e não encontrar nada.

A casa para estas mulheres aparece como a concretização de uma vida melhor e mais segura, mas também como a concretização de outros sonhos:

“ imagino ela (a casa) bem bonita, mobiliada de um tudo...”

Cidinha - Anel Viário.

O desejo de ter posse e autonomia num lugar, poder morar e construir uma casa do jeito que se quer, perder o estigma de favelado e não viver sobre as vistas de um fiscal aparece muito ligado à noção de liberdade, isto porque, a cidade e a vida na favela cria pressões e situações que muitas vezes trazem a vontade de ser mais livre:

“eu tenho muita saudade do tempo que o meu marido trabalhava no mato , porque lá eu era livre que nem um passarinho.”

D. Maria - Lagoinha.

O desejo de ganhar um terreno também aparece nas falas apontando para outras problemáticas não menos interessantes,

“A esperança que eu tenho primeiramente é que Deus me ajude e abaixo dele o Ferolla, que nós arrume um terreno prá nós morá.”

Seu Gercino - Anel Viário.

“Eu tô aqui esperando primeiramente a vontade de Deus, depois dela (Prefeitura) prá ganhar um terreno.”

D.Margarida - Anel Viário.

Essas falas demonstram o fato de ser na Prefeitura o local onde os migrantes favelados depositam todas as suas esperanças de conseguir um terreno. Essa questão aponta para um profundo questionamento das práticas políticas e do teor das relações estabelecidas pela Prefeitura com as populações mais carentes da cidade.

Além disso, “o conseguir um terreno” sai do campo do direito de moradia e entra na perspectiva de concessão da Prefeitura para àqueles que já são considerados uberlandenses. Essa relação tende a mostrar o teor de práticas políticas paternalistas e de favoritismo desenvolvidas pelo governo municipal.

Entretanto, estas ações não chegam a impedir que, no campo das vivências da favela, se construam práticas e discursos significativos de resistência e questionamento, burlando não só os critérios estabelecidos pela Prefeitura, como utilizando o processo de desfavelamento a seu próprio favor, sem que este logre a alcançar os resultados esperados pelas autoridades.

“não... aqui é o seguinte, a turma resolve ir lá prá uma fazenda, resolve ir lá prá terra deles passar um tempo, aí pega o barraco dele e vende prá outro, né? então aquele barraco... o nego tá com a mesma esperança de vida, de fazer seis

meses ,um ano que aquele barraco é habitado ali naquele lugar, o cara tem esperança de ganhar um terreno.”

Seu Gercino - Anel Viário.

O que permanece no lugar é o barraco e não os migrantes. A fala demonstra que estes se recusam a ter sua mobilidade capturada ou direcionada e racionalizada pelas diretrizes de Prefeitura e preservam seu direito de ir e vir, vão trabalhar nas fazendas, morar um tempo fora das cidade, sem que isto venha a se configurar no que se pode chamar de uma perda total de direito, uma vez que este é transferido a outrem, por sua própria vontade e inclusive com ganhos financeiros.

Essa prática, inclusive já havia sido detectada e apontada pelos jornais locais na década de 70:

“ pelas declarações da jovem senhora, os barracos são de propriedade de outras pessoas.Os inquilinos que vivem sem teto, assumem o compromisso do aluguel.”²⁰

Tribuna de Minas.

Mesmo a prática da prefeitura ceder o transporte (caminhão) para levar os migrantes de volta para as suas cidades de origem, também não parece assumir um conotação única ou um caráter definitivo. Os migrantes aceitam o caminhão, mas dentro de uma situação muito interessante *“eu vou , mais daqui a tal tempo eu tô aqui de novo, eu vou só prá...tô com saudades do pessoal de fora, da terra natal...”* (Seu Gercino - Anel Viário)

Esse depoimento foi dado entremeado de risos, quando Seu Gercino explica como é encarada a saída da favela por alguns migrantes, deixando claro o fato deles

²⁰ “Locadores formam favelas.” **Tribuna de Minas**. Uberlândia, n. 842, 29/07/72.

se utilizarem do caminhão dado pela Prefeitura para irem passear na cidade, demonstrando a profunda (?) resistência em ter suas trajetórias decididas por razões que lhes são estranhas e externas.

Neste ponto, seria interessante retomar o trabalho de Durval Muniz,²¹ onde ele afirma que o sujeito em suas trajetórias culturais se ajusta ao código, mas também muda-o, subverte-o, cria a partir dele, perde os laços primários mas estabelece outros, podendo inclusive não se ajustar, não se integrar, se marginalizar. Abandonando a perspectiva de um ajustamento obrigatório e percebendo os sujeitos enquanto tecelões que estão permanentemente redesenhando, se movendo, e recortando de forma diferenciada o tecido cultural para vesti-lo dependendo do lugar que se encontrem, ou seja, das relações empreendidas dentro do quadro social.

Essas relações sociais não são fixas, estáticas e mudas, pelo contrário elas surgem de um diálogo e ganham força nas expressões do sujeito, na sua maneira de falar, do cotidiano, do presente e do passado na maneira como ele se situa, concebe suas possibilidades de atuação e intervenção dentro deste espaço, enfim, na maneira como sua memória surge enquanto expressão de opções de vida individuais mas também como experiências inseridas e constituídas dentro de um quando social mais amplo e complexo.

Na perspectiva de que existe um diálogo entre os migrantes e a “cidade” por ele escolhida, cidade esta que se materializa e se expressa não apenas na forma física dos prédios, praças, favelas, bairros, mas também e principalmente através das relações afetivas, sociais, políticas, econômicas, culturais que possibilita, é que

²¹ MUNIZ, Durval. op.cit., p. 91.

optou-se neste primeiro momento por trabalhar com um tipo de fonte que possibilitasse também a apreensão, reconhecimento e análise de uma outra visão sobre o migrante. Aquela que o encara como o “outro” e dentro deste universo também cria visões, significações, imagens, bem como tece políticas de confronto e demarcação com esta realidade outra, criando mecanismos a se expressarem seja como discurso oral e ou escrito ou como medidas institucionais que visam conduzir, reorientar perspectivas e reivindicações desses migrantes favelados. Cabe contudo, ressaltar a importância de se aferir até que ponto esses outros sujeitos (moradores da cidade, autoridades, imprensa, etc...) ao se defrontarem e empreenderem relações com os migrantes, mudam rearticulam, criam e elaboram valores e perspectivas.

A busca e o resgate dessas tensões específicas situadas por assim dizer na outra ponta desse diálogo travado entre migrantes e cidade e que versa sobre a migração para Uberlândia partir de 1970, também faz parte das análises empreendidas neste trabalho e será mais aprofundada no capítulo seguinte.

Capítulo III

O Migrante e o Poder Público.

3-1 - Nos descaminhos das políticas públicas para a migração - Uberlândia (1970-1994).

Seguindo pela trilha deixada pelas entrevistas com os migrantes favelados, seria impossível não defrontar com a relação estabelecida entre estes e o poder público. Inevitável não indagar sobre as políticas públicas elaboradas e implementadas no campo das migrações internas na cidade de Uberlândia. Difícil ainda não perceber as vinculações entre estas políticas locais e os contextos mais amplos, embora diferenciados e com suas próprias especificidades e significações.

O diálogo com as evidências deixadas nas falas dos migrantes, evidências estas que surgiram aqui e ali... deixando pistas, criando possibilidades e novos pontos de interrogação, acabaram aproximando a pesquisa junto ao campo da investigação da documentação produzida pelos órgãos públicos envolvidos com o processo de migração a partir da década de meados da década de 70.

A relação com esta documentação escrita e produzida pelos órgãos governamentais, conhecida nos meios historiográficos como **documento oficial**, assumiu no interior deste trabalho (tanto quanto o depoimento oral), uma forma de expressão da experiência humana. Os documentos foram tratados como uma forma

de linguagem²² e como tal, analisada vinculada às condições históricas em que foi produzida.

A percepção do documento não enquanto verdade absoluta e cristalizada, e sim como evidência a ser questionada, conduziu o diálogo através do qual procurou-se desvendar o que se falava, como, de onde e para quem. Esta relação possibilitou a criação de instrumentos capazes de ampliar o campo de reflexão da investigação e fazer relações contrapondo análises que se transformaram em **modelos teóricos** com a experiência inscrita naqueles documentos, isto porque *“não existem considerações capazes de apagar a particularidade do lugar de onde o historiador fala e do domínio por onde conduz a investigação...toda pesquisa histórica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômica, político e cultural.”*²³

Assim sendo, no caso desta pesquisa, os relatórios, ofícios, programas e projetos para a área de migração, não apenas informavam um determinado conteúdo, mas também apontavam para as práticas e relações que os tornaram “registros” de uma experiência histórica.

O caminho a ser percorrido seria a busca de documentos na Secretaria Municipal de Ação Social - SMTAS - que possibilitassem entrever os caminhos das políticas públicas para os migrantes favelados de Uberlândia. Tal busca devia-se ao fato de ter ficado claramente demonstrado, em fases anteriores do trabalho, o grande número de migrantes nas favelas, e principalmente, diante do programa de

²² Compartilho aqui da definição de “linguagem” enquanto “**forma de luta e dominação, apresentado situações limites, momentos de tensão e fortes possibilidades críticas**” apresentada em:

VIEIRA, Maria Pilar. PEIXOTO et al. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1991. 80 p.

²³ CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jaques. NORA, Pierre (orgs.). **História: Novos Problemas**. Trad.: Théo Santiago. 2.ed. Rio de Janeiro, 1979. p.17-48.

“desfavelamento” que no início de 1996 acontecia nas favelas de Uberlândia, inclusive naquelas onde esta pesquisa se centrava.

Os documentos encontrados na SMTAS não remetiam de forma concreta às políticas do município para a migração. Logo de início pôde-se constatar a existência de um número razoavelmente grande de fichas de encaminhamento de favelados (levantamentos de dados pessoais e familiares, relatórios de acompanhamento de construções e assentamentos). Listas de pessoas inadimplentes, comunicados de invasão de terrenos, atos de reintegração de posse, consulta jurídicas acerca do significado legal de termos como invasão e desapropriação, dariam sem dúvida, um belo trabalho acerca do conflito pela posse da terra urbana em Uberlândia. Mas não era bem isso o que se buscava na proposta desta pesquisa.

Apesar de riquíssima, esta série de fontes não fornecia a possibilidade de identificar de onde provinham as diretrizes das políticas públicas do poder municipal para atuar na área das migrações internas. A documentação, bastante recente (1989/1996), não apontava para a base de direcionamento do poder público na questão migração-favela e, embora ficasse evidente o grande número de migrantes entre os favelados e também o fato de os critérios para a concessão de lotes serem seletivos e prejudiciais aos moradores a pouco tempo na cidade, faltava ainda perceber qual era a origem deste tipo e atitude. E esta brecha a documentação não fornecia.

A ponte de ligação entre a política de desfavelamento e a tentativa de vislumbrá-la enquanto faceta de uma política migratória do município ainda não havia sido construída. Os tijolos (informações desconexas e fragmentadas) já

começavam a surgir, faltando entretanto, o cimento que tornasse a travessia segura. Foi necessário buscá-lo em outro lugar.

A dificuldade em encontrar na SMTAS documentos relativos especificamente a questão da migração, gerou um questionamento básico: o município não teria uma política clara para o problema das migrações internas em Uberlândia? A julgar pelo número de pessoas de outras cidades nos levantamentos sobre as favelas, já deveria haver um claro conhecimento da intensidade da migração de pessoas carentes para Uberlândia. Entretanto, onde estavam as ações do poder Municipal nesta área? E os critérios para a concessão dos lotes, já não eram por si próprios uma faceta desta política? Por que os documentos eram tão recentes quando a própria imprensa local divulgava já na década de 70 a intensidade do problema?

“ninguém ignora que o fluxo migratório que vem acontecendo em Uberlândia nos últimos anos é enorme.”²⁴

O Plano Diretor de Uberlândia começou a puxar o fio da meada, quando determina como diretriz do Setor de Ação Social para o Município a manutenção e aprimoramento da estrutura física de atendimento ao migrante, explicitando também que, para a concretização desta diretriz “*é necessária a análise da incidência da migração regional, visando a elaboração de diagnósticos, tomada de decisão, orientando o migrante quanto à possibilidade de fixação na cidade ou em outras regiões*”²⁵. Aliada a isto a Lei Orgânica do Município prevê o seguinte “ *O poder*

²⁴ Complexos e sérios problemas municipais. **Tribuna de Minas, Uberlândia**, 9 dezembro 1975.

²⁵ Plano Diretor de Uberlândia. Seção III, Art. 44, inciso II.

*público manterá o Núcleo de Migrantes para triagem, recebimento e encaminhamento dos migrantes carentes vindos para o Município.*²⁶

Diante destas leituras e da aparente desconexão entre o trabalho da Divisão de Migração e a do Desfavelamento, o caminho encontrado foi direcionar novamente a atenção para a Divisão da Migração que, atualmente, possui quase todas as suas atividades centradas no Terminal Rodoviário Castelo Branco. Neste Terminal funciona também, desde 29/05/89, o Núcleo de Atendimento ao Migrante.

Além disso, na Câmara Municipal, a informação obtida junta à Secretaria Geral foi a de que aquela Casa jamais havia se debruçado sobre a questão da migração em suas plenárias, e, embora isto não tenha sido confirmado em pesquisas numa documentação mais específica, a dificuldade existente dentro da própria SMTAS em identificar ou prestar esclarecimentos acerca das políticas públicas para a migração em Uberlândia indicava a possibilidade destas diretrizes terem vindo diretamente das esferas do governo estadual para o Núcleo de Atendimento ao Migrante.

Abria ainda a possibilidade de existirem dentro da própria SMTAS entendimentos distintos de migrantes e favelados, gerando práticas diferenciadas para os migrantes moradores de favelas e para os outros trabalhadores que procuravam o Núcleo de Atendimento na rodoviária. Teriam ambos destinos diferentes na cidade? Ou seria papel da Migração prevenir e do Desfavelamento remediar o problema?

Boa parte destas perguntas podem ser pensadas através da história do Núcleo de Atendimento ao Migrante e de como ele veio a fazer parte da estrutura da

²⁶ Lei Orgânica Municipal.

Prefeitura Municipal de Uberlândia. A história de sua criação, objetivo e funcionamento é também em grande medida, parte da trajetória da política nacional e migrações internas, que no início da década de 70 começou a tomar corpo no país²⁷.

3.2 - O Núcleo de Atendimento ao Migrante.

O Núcleo de Atendimento ao Migrante não nasceu vinculado à Prefeitura Municipal de Uberlândia. Sua criação foi resultado de uma orientação advinda do Programa Estadual de Migrações Internas que, em consonância com o Ministério do Trabalho e Interior a partir de 1976, pretendia o desenvolvimento de ações de apoio e orientação à população migrante de baixa renda e a coleta de informações sobre os fluxos migratórios para o SIMI - Sistema de Informações de Migrações Internas.

A partir do critério referencial de ocorrência do fenômeno migratório a nível regional e local, foram selecionados em Minas Gerais os municípios de Belo Horizonte, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora e Ouro Branco para a implantação de Unidades Operacionais de atendimento ao migrante. Uberlândia provavelmente se encaixa na seguinte referência ” *para outros municípios a expansão dessas unidades vem se efetivando através de Entidades Particulares de Promoção Social*”.²⁸

²⁷ Portaria Interministerial n. 3345 datada de 12/11/71, constituiu a Comissão Mista MTPS-MINTER-SUDAM-SUDENE, a fim de examinar problemas concernentes à mão-de-obra e migrações internas. Anteriormente, pelo decreto lei n. 200, 1967, o MINTER assumia a atribuição na área de “radicação de populações, ocupação de territórios e migrações internas.”

²⁸ Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social - SETAS-MG. **O Programa Estadual de Migrações Internas**. Belo Horizonte, 1979.

Em Uberlândia, estas entidades se encontravam reunidas no CEAPS (Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social) e foi através dele que em 29/05/81, foi instalado no terminal rodoviário Castelo Branco sito a Praça 31 de Março, o Núcleo de Atendimento ao Migrante de Uberlândia. A implantação contou com orientação técnica e apoio financeiro da Secretaria de Trabalho e Ação Social do Governo de Minas Gerais.

No convênio assinado em 1981 entre o CEAPS e a Secretaria de Estado Trabalho e Ação Social - SETAS/MG, consta como objetivos do Núcleo *“atender a população migrante de baixa renda, promovendo uma rápida e eficiente integração social desta população facilitando seu acesso a seus recursos sociais”* e *“subsidiar a política estadual e nacional de migrações internas através da coleta sistemática de dados e informações sobre migrações”*.

Os objetivos expostos foram os dois eixos centrais nos quais iriam se sustentar a política migratória criada no Brasil a partir da década de 70: a busca de informações sobre os fluxos migratórios e a integração do migrante.

A grande questão é saber qual o significado que tomou na época a idéia de uma **“rápida e eficiente integração”** e a que tipo de sociedade buscou-se integrar os migrantes. Em que medida as proposições governamentais na área sofreram alterações e/ou foram inviabilizadas nos conflitos e tensões surgidas no contato entre o Núcleo de Atendimento ao Migrante que tinha suas atividades planejadas a nível local e estadual e a população de trabalhadores migrantes também com planos e expectativas próprias.

Por outro lado, é preciso avaliar o que alimentou a fome de informações acerca da movimentação de trabalhadores migrantes, fome esta que, durante duas décadas (1970/80), pareceu devorar o sossego das esferas governamentais envolvidas no processo histórico das migrações internas no país.

Abordando a questão de uma “rápida e eficiente integração social”, é preciso primeiro perceber que o próprio termo **integração**, remete a uma idéia da migração enquanto um processo desordenador, causador de transtornos, grupos de pessoas que vão para onde não deveriam ir, estão onde não deveriam estar e esta presença indesejada causa a necessidade de um rearranjo social. De acordo com a retórica política da época, este fato define e legitima a atuação reguladora e racioanlizadora do Estado, pois de acordo com este :

“A intensificação dos movimentos migratórios devem exigir do poder público a adoção de instrumentos e medidas de caráter estrutural e conjuntural no sentido de diminuir as distorções sociais e econômicas existentes.”²⁹

O trecho acima, retirado do Programa Estadual de Migrações Internas, começa a explicitar as motivações que levaram o Estado a se preocupar com a questão das migrações internas, ou seja, a maneira como se construiu o problema migratório do ponto de vista do Estado. Porque o poder público vai tomar posição diante desta dimensão particular da vida social, formular proposições e implementar ações?

²⁹ SETAS-MG. op.cit., p.28.

As migrações eram avaliadas como movimentos que causavam distorções sociais e econômicas, esta é uma questão crucial, pois a construção do problema a ser resolvido constitui elemento central à formulação de políticas.

“As migrações tornam-se preocupação do Governo pelo fato de existir, no país, um grande número de pessoas em situação de sub-emprego e sub-renda, tanto no meio rural como no urbano.”³⁰

O grande número de pessoas as quais o documento se refere, eram certamente os trabalhadores rurais e urbanos que, em busca de melhores condições de vida, traçavam a intrincada rota dos fluxos migratórios pelo país afora. Então, percebe-se que as políticas públicas para a migração podem ser apreendidas como um discurso e uma prática sobre a localização espacial dos trabalhadores, um discurso posicionado e ativo feito de proposições em que o Estado se prevalece de um lugar muito especial que ocupa para falar em nome da sociedade e sobre ela mesma.

A maneira como estes trabalhadores foram vistos (pensados politicamente), possivelmente delineou o rumo das medidas adotadas.

Indícios desta visão surgem, quando ao definir os conceitos de migrantes e migração sobre os quais o Núcleo de Atendimento em Uberlândia atuaria, apresenta-se a seguinte proposição: “*Em síntese, o migrante é um povo que perde sua raiz cultural, sua identidade, que é jogado num mundo cujo sistema de*

³⁰ MINTER. **Política de Migrações Internas: Instrumentos Operacionais**, CETRIMI-SAMI. Brasília, MINTER, fev./1980.

codificação lhe é estranho e mesmo incompreensível. O rosto humano deste povo é marcado pela pobreza, pela fome e pelo analfabetismo."³¹

Este é o conceito de migrantes a partir do qual o Núcleo deveria atuar. A síntese de definição demonstra preconceito. O migrante como um ser estranho, sem raiz, sem identidade, sem cultura definida, perdido e à mercê das políticas públicas.

Pobres, famintos, analfabetos e desqualificados para o trabalho, o que resta para estes homens e mulheres se não "aceitar placidamente a generosidade" das políticas públicas? Sob esta perspectiva parece haver apenas um sujeito histórico ativo: o poder público. A possibilidade de conflitos de interesses diferenciados, construindo a trajetória das ações governamentais parece descartada.

Toda esta caracterização do migrante sugere uma idéia de não-escolha, não-posicionamento, "um beco sem saída", para utilizar uma expressão popular. Entretanto os depoimentos dos migrantes deixam claras outras possibilidades e o próprio fato de migrar sugere uma negação desta passividade "*os trabalhadores reagem, às vezes simplesmente se deslocando, manifestando com este ato o reconhecimento de que efetivamente não estão onde deveriam estar...*"³², outras vezes recusando-se a sair de onde estão, dirigem-se para lugares onde não são esperados e para onde não deveriam ir.

"se lá fosse bom, eu num tava aqui." Seu Gercino- Anel Viário.

³¹ Núcleo de Atendimento ao Migrante. **Definições e Atividades do Núcleo de Atendimento ao Migrante.** Uberlândia, 1982.

³² VAINER, Carlos. Política Migratória Recente no Brasil: Notas para uma avaliação. **Revista PUR.** Rio de Janeiro, p. 6-42, 1985.

A tentativa sistemática de coleta de dados sobre os fluxos migratórios na ânsia por acompanhar suas direções demonstra que a situação não estava sobre total controle do Estado.

O SIMI (Sistema de Informações sobre Migrações Internas) criado em 1979, pelo GT de Migrações do MINTER, era o órgão que garantia ao governo subsídios para a elaboração de políticas condizentes com os fluxos migratórios. Todos os postos e centros de atendimentos possuíam formulários padronizados que permitiam visualizar a situação acerca dos “deslocamentos populacionais”. Os formulários buscavam dar visibilidade aos aspectos motivacionais da migração, bem como traçar um perfil do trabalhador em deslocamento.

Porém, mesmo que, através da documentação depreenda-se um esforço acentuado de coletas de dados, já no início dos anos 80, há uma constante referência a uma deficiência de informações impossibilitando a interação nos trabalhos dos postos e agências de atendimento.

A desinformação aliou-se a outro problema pelo qual passava o Programa Estadual: havia uma pressão forte da população não-migrante nos postos de serviço.

“ Devido a pressão social crescente e em função do empobrecimento generalizado, a atendimento da agência extrapolou a questão migratória passando a atender todo o tipo de demanda social”³³

É evidente que o acirramento da pobreza geral na população aumentou a pressão sobre os órgãos de assistência governamental, entretanto, o fato deste pressionamento ter se feito sentir de forma tão concreta pelos órgãos de atendimento

³³ SETAS-MG. Relatório do Encontro Estadual das Agências e Postos de Migração. Belo Horizonte, 1983.

ao migrante, talvez esteja ligado aos próprios tipos de serviços prestados por estes. Os critérios de atendimento ao migrante nos postos eram quase exclusivamente caracterizados pela concessão de benefícios como: pernoite, passagens de retorno ao local de origem ou prosseguimento de viagem, ajuda em tratamento médico, alimentação entre outros.

Não se pode dizer que a mera prestação de serviços diretos ou indiretos de caráter imediato, tenha sido o intuito inicial dos programas de atendimento, entretanto, a explicação possível para esta situação talvez esteja na própria elaboração e planejamento das áreas de atuação da política migratória e a maneira como ela se efetivou ou não dentro do previsto.

O Programa Estadual de Migrações Internas deveria atuar em áreas caracterizadas como de expulsão, atração e passagem da população, *“contudo, tem-se desenvolvido ações voltadas exclusivamente para as conseqüências imediatas da migração sem preocupação efetiva com os fatores causais desse processo, atuando exclusivamente a nível de prestação de serviços sociais básicos, o que define sua atuação como assistencialista e imediata.”*³⁴

Esta contradição esteve presente e alimentou boa parte dos conflitos vivenciados no interior dos órgãos responsáveis pela política de atendimento aos migrantes, entretanto não se pode dizer que ela se expressou com igual intensidade nos vários municípios abrangidos pelo programa ou que foi aceita como inevitável.

Em uma das propostas de trabalho³⁵ para o Núcleo de Atendimento em Uberlândia, encontra-se a proposição de frentes de ação nas quais deveriam se

³⁴ SETAS-MG. **Relatório da Agência de Encaminhamento e Orientação Social**. Belo Horizonte, 1987.

³⁵ Núcleo de Atendimento ao migrante. **Proposta de Trabalho**. Uberlândia, 1985.

centrar os trabalhos até então desenvolvidos. As propostas dão a dimensão da extensa área de atuação a que este se propunha abarcar: migrante em trânsito e retorno à cidade de origem, assistência às famílias migrantes em fixação, intermediação de emprego, formação de mão de obra do migrante em fixação, orientação regional em prol do migrante e assentamento de trabalhadores rurais. Esta proposta era oriunda do próprio Núcleo de Atendimento ao Migrante de Uberlândia mas, talvez por ser bastante ousada para a situação precária de organização e deficiência financeira enfrentadas na época, não se tem indícios concretos de sua implementação.

A proposição destas frentes de ação tinha sua razão de ser. Discussões desse nível tomaram corpo no interior do programa de atendimento ao migrante já em 1982, por ocasião da avaliação do Programa Estadual feito por Coordenadores das Unidades de Atendimento, quando foi colocada a necessidade de reorientar as atividades de forma a que as ações do programa atingissem mais as áreas de expulsão e concedessem meios concretos de ajuda ao migrante em fixação, apoiando técnica e financeiramente os projetos que visassem melhoria da qualidade de vida da população migrante em potencial, estimulando a produção e, conseqüentemente, a renda familiar e a permanência no local de origem.

Entretanto, cabe problematizar a maneira como estas ações foram planejadas, pois, como já foi dito antes, a confecção das políticas públicas baseava-se num conceito muito próprio de migração e de migrantes.

Em Uberlândia, o Núcleo trabalhava com dois tipos distintos de migrantes; o migrante em trânsito “ *a estas pessoas são feitas triagens para a confirmação do enquadramento dentro dos padrões do migrante... caso a resposta seja positiva,*

*este migrante é atendido com toda assistência, tanto na parte de alimentação como local para dormir três dias e finalmente recebe uma passagem para prosseguir viagem*³⁶, e o migrante em fixação :*“quando o serviço da Migração se responsabiliza em manter por um tempo de três meses o aluguel da família, assim como ajudá-lo na busca de emprego, assistência alimentícia, além de atendimento médico.”*³⁷

E importante mencionar que Uberlândia era a única cidade do Estado de Minas Gerais na qual o Núcleo de Atendimento ao Migrante pertencia ao município (já no ano de 1985) e recebia uma quantia irrisória da Secretaria de Estado de Ação Social, mas quem arca com a maior parte das despesas é a Prefeitura.

A política de assistência ao migrante em Uberlândia configurava-se numa rede de entidades ocupando cada uma um lugar diferente, *“ os trabalhadores que aqui chegam doentes , são imediatamente encaminhados ao Pronto Socorro da Medicina... a ICASU tem prestado serviços no atendimento daqueles que não tem onde se alimentar... o Albergue Noturno Ramatis tem auxiliado os migrantes oferecendo banho quente e frio, café da manhã, pernoite, além de oferecer aos carentes roupas, calçados e remédios gratuitamente.”*³⁸

Diante destas leituras, surge uma pergunta crucial: o que levou ao Município de Uberlândia, a ser o único onde o Núcleo de Atendimento ao Migrante, ainda que vinculado aos programas estadual e nacional de migrações internas, pertencesse ao Município e não ao Estado?

³⁶ O Atendimento ao Migrante em Uberlândia. **Primeira Hora**, Uberlândia, 14 junho 1985.

³⁷ Idem.

³⁸ Entidades garantem o bem estar dos migrantes. **A Notícia**, Uberlândia, 7 outubro 1982.

É preciso retomar a discussão acerca dos projetos políticos que envolveram a cidade, para entender qual o interesse do poder local em atuar de forma tão presente na questão da migração para Uberlândia.

Mesmo antes da criação do Núcleo de Atendimento, os migrantes eram objetos de intervenção da política (de) assistência do Município, através de ações despendidas pela ICASU.³⁹

Segundo a historiadora Maria Clara Machado “*o poder público municipal e a classe empresarial da cidade conviveu, durante a década de 70, com um grave dilema.*”⁴⁰

O grave dilema representava o conflito entre o crescimento e realização do **sonho desenvolvimentista**, tão acalentado pelas elites locais, e as desigualdades e disparidades sociais surgidas diante das diferenças e contradições pertinentes às formas de desenvolvimento seguidas.

As migrações sempre foram aliadas, nos discursos locais (quer eles viessem do poder público ou da imprensa), aos processos de marginalização, favelização e, como já foi demonstrado anteriormente, mesmo a nível estadual e/ou nacional, eram caracterizados como fenômenos desordenados e irracionais de deslocamentos espaciais de trabalhadores pobres, analfabetos e não qualificados para as exigências do mercado.

Embora caiba questionar o fato de Uberlândia poder ter acentuado significativamente estas impressões justamente por elas entrarem em choque frontal

³⁹ Sobre a atuação da ICASU em Uberlândia ver:

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A disciplinarização do Espaço Burguês: Assistência Social Institucionalizada**- (Uberlândia - 1965a 1985). São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1990. (Dissertação, Mestrado).

⁴⁰ Idem, p. 214.

com a imagem de cidade harmoniosa e socialmente equilibrada que a marca desde sua fundação, esta visão das migrações não é nova ou exclusividade deste município, segundo Durval Muniz *“Os estudos empreendidos sobre a migração tendem a enveredar pela teoria da marginalidade, onde de forma funcionalista, tende-se apenas a inquirir sobre a integração ou não deste migrante à sociedade e a funcionalidade de tal integração.”*⁴¹

A necessidade de atuar diretamente sobre de migração em Uberlândia, justifica-se pela tentativa de controlar a chegada de trabalhadores, e colocá-los em locais adequados ao desenvolvimento pretendido e para isso *“tais movimentos precisam ser detidos, controlados e dominados sob pena de criarmos um futuro sombrio... esta é a grande batalha que devemos todos travar, sem temor, em defesa e a serviço do povo.”*⁴²

A resolução para o problema quase sempre foi pensado à nível de desenvolvimento econômico *“as cidades que recebem migrantes, como é o caso de Uberlândia, tem de enfrentar o agravamento das condições ambientais, sobrecarga de serviços públicos de saúde, habitação, abastecimento de água, saneamento e sobretudo empregos diversos...um programa de industrialização deve ser viabilizado sob pena de estrangulamento do sistema social da cidade em termo de futuro próximo.”*⁴³

⁴¹ MUNIZ, Durval. **Para ai Bahianos!?:** Cultura Tradicional e Identidade de Classe (Rio de Janeiro e São Paulo 1920-1950).São Paulo: UNICAMP, 1989. (Projeto, Mestrado).

⁴² Os problemas migratórios. **Tribuna de Minas**, Uberlândia, 2 outubro 1973.

⁴³ Os complexos e sérios problemas minicipais.**Tribuna de Minas**, Uberlândia, 9 dezembro 1975.

Ao retomar as frentes de trabalho propostas pelo Núcleo de Atendimento percebe-se uma atuação voltada para a integração do migrante na cidade, mas via mercado de trabalho.

Tanto as propostas de intermediação de emprego, auxílio ao migrante em fixação e sua família, qualificação de mão de obra, deixam claro nas justificativas e nos objetivos específicos do programa a intenção de fomentar uma utilização mais eficiente de mão-de-obra e não qualificada oferecida pelo migrante.

“ Entre os objetivos específicos deste programa afiguram-se: o incentivo dos migrantes para o trabalho, contato com empresários e associações de trabalhadores para buscar vagas disponíveis e acompanhamento do migrante em seu desenvolvimento profissional.”⁴⁴

Esta perspectiva de análise se fortalece através da clara interação entre os trabalhos de Núcleo de Atendimento ao Migrante e o SINE (Sistema Nacional de Empregos): *“grande parte dos migrantes cadastrados no Núcleo são encaminhados ao Sistema Nacional de Empregos(SINE).”*⁴⁵

O SINE também compartilhava com o Núcleo a idéia e a filosofia de trabalho, na qual os migrantes representavam apenas os trabalhadores desempregados e despreparados, *“... que estão marginalizados do mercado de trabalho e compondo exército industrial de reserva.”*⁴⁶

Em termos de propostas de trabalhos apresentadas na Orientação regional em Prol do Migrante e do Assentamento de Trabalhadores Rurais, surge a perspectiva de um quadro de análise que coloca as discussões empreendidas em contextos mais

⁴⁴ Núcleo de Atendimento ao Migrante. **Proposta de Trabalho**. Uberlândia, 1985

⁴⁵ Uberlândia atrai 1000 a cada mês: Núcleo de Migrantes e SINE dão Assistência. **Primeira Hora**, Uberlândia, 11 maio 1982.

⁴⁶ Sindicatos nada fazem pelos desempregados. **Primeira Hora**, Uberlândia, 11 maio 1982.

amplos. Estas discussões se orientam no sentido de conectar o problema da migrações internas no Estado com a questão do trabalho temporário e dos bóias frias. No ano de 1987, dois fóruns de discussões demonstraram o peso e a fertilidade desta problemática: I Encontro de Técnicos da SETAS sobre a Questão do Trabalho Temporário (Bóias Frias) e as Migrações Internas.(4 e 5-11-87, Belo Horizonte) e III Encontro Nacional sobre o Trabalho Temporário(Bóias Frias) e as Migrações Internas.(3 e 4-12-87, Belo Horizonte).

Estes Encontros realizados já em fins da década de 80, trouxeram para suas pautas de discussões problemas que estavam sendo vivenciados pelos Técnicos de migração durante todos os anos antecedentes. A crise gerada pela inadequação e a ineficiência das políticas públicas perante as condições de acentuamento da pobreza das classes trabalhadoras rurais e urbanas, a deficiência e desarticulação de informação, ponto no qual se alicerçava os programas estadual e nacional para a área das migrações geraram uma crise e uma incerteza aguda causando grande instabilidade. Grande parte da documentação analisada, referente a este periodo, cobram a redefinição e redirecionamento das políticas de ação no sentido de proporcionar mais clareza e segurança financeira, administrativa e política para os órgãos e trabalhadores da área.

Estes Encontros, que eram antes de tudo encontro de trabalhadores dos órgãos de atuação nas migrações no país, suscitaram questões que não podem ser desconsideradas na presente análise e produziram documentos de uma riqueza fascinantes...

A primeira delas, diz respeito à falta de divulgação e de informações sobre os trabalhos desenvolvidos entre as regionais e unidades de atendimentos, que permitissem aos profissionais da área, terem clareza sobre suas atuações e a respeito dos problemas a serem enfrentados com maior urgência.

A preocupação com as maneiras de transporte, as formas de recrutamento dos trabalhadores migrantes e as condições de trabalho nos locais de permanência, era fruto de constantes referências nas intervenções realizadas.

A crítica mais contundente entretanto vinha na direção dos próprios órgãos governamentais. A discussão apresentada neste relatório, caminhava no sentido de mostrar a grande quantidade de órgãos planejadores e poucos executores.

“Esse é o grande problema que Brasil sofre hoje. Nós temos uma série de órgãos planejadores e muito poucos executores. Em geral a gente assiste que os órgãos planejadores tem mais recursos que os executores. Ou seja, fazem-se planos maravilhosos mas não tem como executar. O que precisamos é fazer, planejado o Brasil já está até demais.”⁴⁷

A percepção de que um dos grandes problemas em se atuar com eficiência estava na abundância de planos e escassez de condições concretas em termos financeiros e políticos de implementá-los, não deixa também de oferecer a perspectiva de uma crítica à burocracia e dos caminhos dados às políticas no país “*Queria lembrar que o planejamento foi supervalorizado na década de 70, foi considerado como uma varinha de condão. O conceito de planejamento foi usado*

⁴⁷ SETAS-MG. I Encontro de Técnicos da SETAS sobre a Questão do Trabalho Temporário e das Migrações Internas em Minas Gerais. Belo Horizonte, 1987.

para servir os interesses de grupos dominantes em detrimento da maioria da população.”⁴⁸

Além dos aspecto excessivamente planejador das políticas públicas, indagava-se também se a solução para o problema da migração viria pela posse da terra, pela reforma agrária. Havia a idéia de que não adiantaria fazer uma reforma agrária distributiva da terra sem criar uma infra-estrutura para que o homem fique no campo. Outro problema apontado era a política de produção voltada para a exportação.

A noção de que o problema da migração era muito amplo, sendo impossível identificá-lo apenas em um lugar, não era impedimento para se perceber o fato de “...na maioria das vezes, a maioria dos grandes produtores tem endossado políticas que resultam em perdas para o trabalhador.”⁴⁹

A violência dos grandes proprietários de terra ou empresas também era apontada como fator significativo de expulsão do trabalhador no campo. Mas o que mais parecia inquietar os trabalhadores da área de migração no campo era a figura dos intermediários, empreiteiros ou “gatos”. Problemática esta que trouxe novas discussões à respeito da migração induzida e da escravidão branca.

As duas situações estavam intimamente ligadas, a partir do atendimento aos migrantes realizados nas agências das rodoviárias, o problema de trabalhadores seduzidos por vantajosas ofertas de trabalho, migrando de um Estado para outro, indo para locais onde eram obrigados a trabalhar em regime de semi escravidão, em condições desumanas e sem receber o salário previamente combinado, veio à tona e

⁴⁸ SETAS-MG, op.cit., p. 26.

⁴⁹ SETAS-MG, op.cit., p.27.

trouxe reflexões sobre a necessidade de denunciar para a imprensa em geral a realidade sobre a migração induzida, ou seja, o *tráfico branco* e desenvolver trabalho educativo esclarecendo aos trabalhadores os seus direitos e a legislação trabalhista como forma de impedir a extrema exploração a que eram submetidos os migrantes.

Infelizmente não foi possível ter acesso a nenhum depoimento de migrantes que vivenciaram esta situação para poder saber até que ponto realmente esta migração era “induzida”.

O fato não é estranho a ninguém e nem se pode dizer que a escravidão branca em algumas fazendas do país seja ficção ou delírio dos defensores mais exaltados das classes trabalhadoras; mesmo porque algumas evidências na documentação analisada, abrem a possibilidade de inferências. Entre as resoluções tomadas para se atuar melhor junto aos trabalhadores rurais, encontram-se as seguintes medidas a serem adotadas:

“- negociar junto ao Minter e com delegacias de trabalho regionais, recursos e acordos específicos para que a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista nas regiões rurais sejam mais eficientes;

- fiscalização pela SUNAB dos preços praticados pelos armazéns e supermercados que utilizam mão-de-obra migrante.”⁵⁰

Estes dois itens parecem desnudar o universo complexo de exploração e espoliação do trabalhador migrante seja no campo ou na cidade.

O desrespeito das leis trabalhistas colocando em risco a saúde e a segurança do trabalhador, e o regime de exploração indireta causando a espoliação do salário

⁵⁰ SETAS-MG, op.cit., p.13.

são apenas alguns pontos que foram possíveis recuperar numa teia de relações que, com certeza, era bem mais intrincada.

“A solução para o problema da fixação do homem em seu lugar de origem passa necessariamente, pela posse da propriedade da terra, ou seja, pela reforma agrária no seu sentido mais amplo que propicie ao trabalhador condições de produção e sobrevivência digna.”⁵¹

Este trecho retirado das considerações finais de um documento produzido em um Encontro de trabalhadores da área das migrações internas, trouxe a estranha e cômoda sensação de descoberta do óbvio: todo espaço é um espaço de lutas, lutas de valores envolvendo visões de mundo e sentimentos diferenciados. Estes conflitos se formam na vivência cotidiana de homens e mulheres quando estes “*como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus.*”⁵²

Na leitura destes documentos veio a surpresa: A atuação estatal no campo das migrações internas, também foi marcada por tensões e conflitos internos. Não a atuação em bloco, monolítica, homogênea e fechada que se esperava encontrar ao investigar as políticas públicas.

Durante toda a década de 80, os funcionários (técnicos) do Estado na área de atuação da migração, elaboraram através de documentos produzidos nos Encontros e em relatórios enviados às Coordenações regionais, críticas nas quais

⁵¹ SETAS-MG, op.cit., p.22.

⁵² THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. I. p.22.

esboçavam opiniões e mostravam caminhos de atuação nem sempre concordantes com aqueles es propostos pelas altas esferas governamentais.

Não se pode dizer que estivessem em plena sintonia com as expectativas dos migrantes ou que entendessem as motivações e os sonhos destes, é possível ainda que tenham compartilhado em muitos momentos das visões de mundo e métodos característicos do poder e da ideologia do estatal, mas está claro que estes trabalhadores também buscaram saídas e viveram de forma muito peculiar aqueles tempos de incerteza e turbulências sociais.

Inseridos no processo histórico real no qual trabalhadores migraram em busca de uma vida melhor (quaisquer que fossem os significados à ela atribuídos), na dinâmica e na razão do poder do Estado, muitas vezes acreditando que adequar era sinônimo de ajudar, ainda assim fizeram propostas que conseguiram inserir seus trabalhos numa discussão mais ampla.

Estas propostas não passavam apenas pelo controle puro e simples, mas por questões de segurança, saúde, organização e fiscalização das condições de trabalho dos migrantes, denunciaram a violência, a exploração e cobraram vontade e decisão política dos órgãos para os quais trabalhavam, afirmando nos documentos que assinaram “...*compromisso com a população migrante constituída de trabalhadores desempregados e não de marginais da sociedade.*”⁵³

Ao final, nem a ordem, o poder e a ideologia do Estado e dos poderes constituídos são menos passíveis de crítica por causa disso, não deixaram de ser fruto das divisões e das desigualdades sociais. Contudo, pode-se encará-lo como espaço onde também se efetuaram disputas, onde surgiram conflitos pois se “ a

⁵³ SETAS -MG. **Relatório do Encontro de Técnicos do Programa Estadual de Migrações Internas.** Belo Horizonte: 1983.

razão técnica acredita que sabe como organizar do melhor modo possível pessoas e coisas, a cada um atribuindo um lugar, um papel e produtos a consumir... o homem ordinário escapa silenciosamente à essa conformação. Ele inverte o cotidiano, graças às artes de fazer, astúcias sutis de resistência, pelas quais ele altera os objetos e os códigos, se reapropria dos espaços e do uso ao seu jeito. Várias práticas mostram a quem tem olhos para ver que a multidão sem qualidades não é obediente e passiva, mas abre o próprio caminho no uso de produtos impostos numa ampla liberdade em que cada um procura viver do melhor modo possível a ordem e a violência das coisas.”⁵⁴

⁵⁴ CERTEAU, Michel de. **Artes de Fazer: A Invenção do Cotidiano**. Ed. Vozes.

Considerações Finais

Ao longo desta pesquisa, percebeu-se leque de contradições e ambigüidades presentes nas falas dos migrantes tendo como referencial as relações vivenciadas na cidade de “chegada”

A constatação da distância entre o discurso oficial tecido pelas autoridades e pela imprensa local, acerca dos migrantes e do próprio movimento de migração e a maneira como estes migrante se vêem, suas expectativas e reivindicações, foi ficando mais clara a cada passo da pesquisa.

A recusa dos rótulos de marginais, pedintes, vagabundos e a reafirmação da condição de trabalhador inserido na luta pela sobrevivência e, em busca de mais qualidade de vida expressa no desejo de educar os filhos - ter conforto, acesso a saúde, segurança e educação pública - demonstrou que a migração não é apenas um mero deslocamento de populações trabalhadoras ou um deslocamento espacial de pobreza ocasionados única e exclusivamente pelo movimento do capital. Mas projetos de vidas que englobam expectativas e motivações diferenciadas, situadas não apenas no campo das relações econômicas, mas também de afetividades, desejos e sonhos envolvendo relações e práticas culturais inseridas no campo de representações do social.

As práticas de resistência, elaboradas contra o desfavelamento - embora não de forma coletiva- o ato de apontar alternativas para o problema, questionar as autoridades nas posturas adotadas, demonstram uma certa clareza dos posicionamentos assumidos dentro das relações de poder (principalmente junto à prefeitura) impedindo pensá-los como vítimas indefesas da manipulação estatal. Pelo

contrário, muitos depoimentos salientam a criticidade, numa linguagem simples e informal, mas nem por isto menos incisiva, e desenvoltura nas negociações enfrentadas pelos migrantes.

É importante ainda ressaltar a contribuição do trabalho no que se refere à percepção da possível ligação entre o tratamento dado aos migrantes e a própria imagem de Uberlândia diretamente vinculada ao progresso e à modernidade. As dificuldades encontradas dizem respeito justamente ao pouco que se produziu sobre esta temática na perspectiva de abordagem desta pesquisa e que pudessem servir de interlocução.

Outro obstáculo foi a própria rotatividade dos entrevistados, pois como as áreas entrevistadas estavam num processo acelerado de desfavelamento, não se teve oportunidade de voltar a falar com alguns entrevistados para enriquecer ou esclarecer certos aspectos dos depoimentos.

Foi a partir do diálogo empreendido entre as fontes orais e escritas que um novo campo de possibilidades foi se delineando. (unir com o par. Seguinte).

Dentro das novas possibilidades surgidas, com certeza o trabalho com a história oral foi importante. Permitiu a interpretação de processos e de mecanismos de elaboração cultural, como no caso dos migrantes que tiveram seus valores e sua cultura significativamente questionados e, a partir daí, reelaboraram e reinterpretaram suas experiências num processo que demonstrou-se extremamente criativo.

Pode-se também fazer a investigação da temática e uma forma mais profunda e mais ampla fugindo à reflexão maniqueísta migração /favela e inseri-la numa

preocupação teórico-política mais abrangente. Um campo de possibilidades é a reflexão sobre a própria contemporaneidade desse tema dentro do cenário nacional, com o aumento da fome, do desemprego, miséria, exclusão e expropriação dos trabalhadores.

A abertura e o enriquecimento da produção de conhecimento histórico acerca dos fenômenos migratórios no Estado de Minas Gerais, especificamente em Uberlândia, também se configura nesta pesquisa, por ter colocado novas questões de ordem cultural e também política no interior da discussão a respeito do passado e do presente desta cidade.

No decorrer da pesquisa, tive contato com muita documentação ainda não explorada e pude perceber que, na verdade, essa monografia representa apenas o início do trabalho. Um ponto que ainda merece aprofundamento e continuidade da investigação diz respeito às relações de assistencialismo percebidas nas favela. Cabe aos pesquisadores/historiadores buscar recuperar e dar visibilidade maior à estas práticas assistencialistas que parecem influir decisivamente na imagem elaborada pelos favelados acerca da cidade.

Não foi possível também, dentro dos limites desta pesquisa, abordar mais detalhadamente a p inserção dos trabalhadores migrantes no mundo do trabalho, seja no mercado informal ou não, buscando perceber a maneira como as relações empreendidas neste campo influenciam na formação de uma dada mentalidade sobre a cidade, suas contradições e conflitos.

A possibilidade de aprofundar o estudo sobre a estreita ligação que parece existir não só no discurso dos próprios migrantes, mas no discurso e na prática do

poder público, entendendo-as enquanto respostas dadas pelo poder municipal aos problemas derivados do processo de migrações e sua relação com a favelização de algumas áreas da cidade, também mostrou-se fecunda na análise dos documentos encontrados no Núcleo de Atendimento ao Migrante.

Estes documentos possibilitaram retomar não só a trajetória do Núcleo mas também de boa parte das discussões acerca das migrações ocorridas a nível estadual e nacional.

Esta pesquisa pôde adentrar num universo até então nebuloso na história de Uberlândia. Pouca bibliografia ou quase nada havia sido escrito sobre a questão mais específica dos migrantes pesquisados. Se o objeto foi construído a partir de problematizações, outras novas preocupações surgiram ao final, colocando em evidência o caráter dinâmico da produção de conhecimento, requerendo do pesquisador uma disposição constante para rever suas próprias premissas, suas certezas, num diálogo constante com as “evidências” históricas.

Talvez por isso, muitos novos problemas, possibilidades e questionamentos surgiram no decorrer do trabalho e ainda continuam em aberto esperando novas investigações.

A percepção de que os trabalhadores ao saírem de suas cidades em busca de outras alternativas de vida não se vêem enquanto **migrantes** só passando a se perceberem assim quando se tornam alvos das políticas públicas demarcadoras de espaços adequados para este ou aquele trabalhador merece mais estudo e aprofundamento. Talvez fosse o caso de empreender um estudo sobre a maneira como se forma uma dada identidade de migrante.

Um aspecto muito rico a ser pesquisado é a questão da luta pela posse da terra urbana em Uberlândia, já que boa parte dos favelados entrevistados apontavam a estadia na favela como uma forma de pressionar e esperar por um lote na cidade, tal fato aliado à toda documentação encontrada na Divisão de Desfavelamento da Prefeitura Municipal e, apenas parcialmente utilizada até o momento, abrem um campo rico e promissor de trabalho de investigação histórica.

Fontes Consultadas.

1 - ENTREVISTAS

Anel Viário.

Seu Gercino: 41 anos, natural de Arco Verde-PE, mora na favela a 6 anos, tem 4 filhos, trabalha de carroceiro e de catar papel.

Seu Zé Brito: 55 anos, natural de Itumbiara- GO, mora em Uberlândia a 25 anos, 4 deles na favela, tem 3 filhos, trabalhou de pedreiro, porteiro e guarda noturno e hoje faz “bicos”.

D. Margarida: 56 anos, natural de Garanhuns-PE, mora na favela a 7 anos, viúva, 3 filhos, trabalhou de raspar mandiocas em casas de farinha em Pernambuco, e em roças de abacaxi em Monte Alegre. Hoje não trabalha porque foi atropelada e não tem mais saúde.

Cidinha: 16 anos, natural de Garanhuns- PE, é filha de D.Margarida, mora na favela também a 7 anos, trabalha de doméstica ganhando o salário mínimo e cursa o quarto ano primário.

Lagoinha.

D.Maria: 40 anos de idade, casada, 6 filhos, natural de Araruna-PB, mora na favela a 3 anos, já trabalhou de doméstica, hoje cuida da casa e dos filhos.

Seu Betim: 44 anos, natural de Jequitinhonha-, mora na favela a 8 anos, casado, 5 filhos, trabalha com carroceiro e guarda-noturno.

Seu Eurípedes: 56 anos, natural de Uberaba, casado ,3 filhos, mora a 2,5 anos na favela. Trabalhou de picolezeiro 20 anos em Uberaba , depois foi ajudante de limpa-praça e pediu conta pois o salário era baixo, logo depois adoeceu de hepatite e não pode mais trabalhar. sua mulher trabalha de varredeira em uma empresa de construção civil de Uberlândia.

Seu Valdivino: 56 anos, natural de Itumbiara, veio para Uberlândia por causa da doença da mulher e acabou ficando, mora na favela a 3 anos. Trabalhava de guarda-noturno e depois ficou desempregado. Hoje trabalha de catar papel.

Obs.: estas informações se referem à época das entrevistas (fevereiro /1996).

2 - OUTRA FONTES

- 1 - Jornal Tribuna de Minas. 1970 a 1985.
- 2 - Jornal Primeira Hora. 1980 a 1985.
- 3 - Jornal A Notícia. 7 outubro 1982.
- 4 - Revista Flash. setembro/1988.
- 5 - Plano Diretor de Uberlândia.
- 6 - Lei Orgânica Municipal.
- 7 - O Programa Estadual de Migrações Internas, 1979.
- 8 - Manual de Orientação SAMI, 1980.
- 9 - Programa Estadual de Migrações Internas - Avaliação e Proposta, 1983.
- 10 - Convênio para Implantação do Núcleo de Atendimento ao Migrante , Uberlândia, 1981.

11 - Conclusão do Encontro de Técnicos da Setas, Belo Horizonte, 1987.

12- Relatório do Encontro de Técnicos do Prtograma Estadual de Migrações Internas.

13 - Encontro Estadual das Agências e Postos de Migração. Belo Horizonte, 1983.

Bibliografia Geral.

- ALMEIDA, Alfredo W. & PALMEIRA, M.G. **A Invenção da Migração**. Rio de Janeiro: UFRJ, Deptº. de Antropologia/Museu Nacional, 1977, mimeo.
- BURKE, Peter. El Descubrimiento de la cultura popular. In: SAMUEL, Raphael. **Historia Y teoria socialista**. Barcelona: Crítica Grijalbo, 1984.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. São Paulo: Novas Perspectivas, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1993.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p.
- DURHAN, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectivas, 1976.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese** São Paulo: Perspectivas, 1983.
- GRELE, Ronald. La Historia y sus lenguajes en la entrevista de Historia Oral: Quién conta a las preguntas de Quien y por qué. In: **Revista História Y Fuente Oral**, Barcelona, n.5, 1989.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas cidades capitalistas avançadas. In: **Espaço e Debates**, São Paulo, Cortez, nº6, 1982.
- JACOBI, Pedro. Movimentos Populares Urbanos: poder local e conquista da democracia. **Cidade, Povo e Poder**. Rio de Janeiro, Cedec, Paz e Terra, Nº 05, 1982.
- KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. **Cidade - Usos e Abusos**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. **A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês: Assistência Social Institucionalizada - (Uberlândia - 1965 a 1980)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, 1990. (Dissertação, Mestrado).
- MARTINE, Jorge. **Reflexões sobre Problemas, Políticas e Pesquisa de Migração**. Brasília, PNDU - Projeto de Planejamento de Recursos Humanos, 1974, Mimeo.
- _____. **Migrações Internas no Brasil**: reflexões sobre a correspondência entre o problema, pesquisa e política. Brasília, PNDU, Projeto, 1978. mimeo
- MASON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento Histórico. In: SILVA, Marcos.A(org). **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p.37-64